



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a Maria Leonor Couceiro P. Beleza M. Tavares

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Vieira de Castro) respondeu à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Miguel Gínestal (PS), sobre o traçado do IP 5, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Pedro Alves (PSD), Fernando Cabral (PS), Rodeia Machado (PCP), Ascenso Simões (PS) e Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP).

Aquele membro do Governo respondeu ainda à pergunta do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), relativa ao alargamento e repavimentação da EN308, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Bernardino Soares (PCP) e Fernando Santos Pereira (PSD).

À pergunta formulada pelo Sr. Deputado José Junqueiro (PS), sobre a construção do hospital distrital de Lamego, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Melchior Moreira (PSD), Bernardino Soares (PCP) e Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), respondeu o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde (Adão Silva).

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes (Francisco Seabra) respondeu à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Luís Montenegro (PSD), sobre qual o ponto de situação relativo à obra de rebaixamento da linha férrea no perímetro urbano da cidade de Espinho, bem como aos pedidos de esclarecimentos adicionais dos Srs. Deputados Rosa Maria Albernaz (PS), Rodeia Machado (PCP) e Manuel Cambra (CDS-PP).

À pergunta formulada pelo Sr. Deputado Jorge Neto (PSD), relativa à incidência sobre os créditos das empresas e empresários portugueses, do Acordo recentemente celebrado entre o Estado português e o Estado angolano, respondeu o Sr. Secretário de Estado

do Tesouro e das Finanças (Miguel Frasquilho), que deu ainda resposta aos pedidos de esclarecimento adicionais do Deputado interpelante e dos Srs. Deputados Rodeia Machado (PCP), Vitor Ramalho (PS), Francisco Louçã (BE) e João Rebelo (CDS-PP).

A Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia (Os Verdes) questionou a Sr.^a Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia (Dulce Franco) acerca da aplicação da Resolução da Assembleia da República n.º 53/2002, de 11 de Julho, sobre o código de conduta e boas práticas para a instalação de equipamentos que criam campos electromagnéticos. A Sr.^a Secretária de Estado respondeu também a pedidos de esclarecimento adicionais da mesma Sr.^a Deputada e dos Srs. Deputados Bessa Guerra (PSD), Maria Santos (PS) e Luisa Mesquita (PCP).

À pergunta da Sr.^a Deputada Luisa Mesquita (PCP), sobre os efeitos das restrições orçamentais, decididas pelo Governo, no funcionamento das escolas, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais formulados pelos Srs. Deputados Pedro Alves (PSD), Cristina Granada (PS) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), respondeu o Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa (Abílio de Almeida Morgado).

O Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (Domingos Jerónimo) respondeu à pergunta da Sr.^a Deputada Ana Drago (BE), sobre qual a estratégia para o aproveitamento dos recursos humanos da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses e sobre a forma como foi preparada, com os seus trabalhadores, a extinção desta instituição, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Vitalino Canas (PS), que exerceu também o direito de defesa da honra, Luisa Mesquita (PCP), Gonçalo Capitão (PSD) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

A Sr.^a Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 50 minutos.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bernardino da Costa Pereira
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João António Pistacchini Calhau
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge José Varanda Pereira
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Manuel Pereira da Costa
 José Miguel Gonçalves Miranda
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Filipe Rodrigues Gomes
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Dias Loureiro

Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Paula Barral Carlotto de Castro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Socialista (PS):

Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Jaime José Matos da Gama
 Jânila Bárbara Madeira e Madeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luísa Pinheiro Portugal
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos

Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 António Herculano Gonçalves
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Henrique Jorge Campos Cunha
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró
 Pedro Manuel Brandão Rodrigues

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato
 Francisco Anacleto Louçã
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, a ordem do dia de hoje é preenchida com uma sessão de perguntas ao Governo.

A primeira pergunta, sobre o traçado do IP 5, irá ser colocada pelo Sr. Deputado Miguel Ginestal e será respondida pelo Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal.

O Sr. **Miguel Ginestal** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs.^{as} e Srs. Deputados, a duplicação do IP 5 é uma prioridade nacional. O actual traçado, construído entre 1985 e 1995, se numa primeira fase alavancou o desenvolvimento regional, rapidamente se transformou num constrangimento.

Previo-se, de início, que no IP5 circulassem diariamente cerca de 5000 veículos, mas, na verdade, circulam cerca de 20 000. Em boa hora, o governo anterior decidiu transformar o itinerário numa auto-estrada e, através da resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A, de 24 de Abril de 2001, entregou a concessão SCUT da Beira Litoral e Beira Alta à Lusoscut, por um valor de 700 milhões de euros, tendo a obra o seguinte calendário: N.º do IC 2 — Viseu, 58 km, Setembro de 2005; Viseu/Mangualde, 14 km, Setembro de 2005; Mangualde/Guarda, 56 km, Junho de 2006 e Guarda/Vilar Formoso, 33 km, Maio de 2004.

É sobre a definição em concreto do traçado entre Viseu e Mangualde que queremos manifestar as nossas preocupações e solicitar esclarecimentos ao Governo. Há duas soluções em questão: a solução 1, que define um traçado novo, e a solução 2, que prevê apenas a duplicação do actual IP5.

O problema resulta da diferença de opiniões dentro do Governo sobre qual a solução a adoptar. Por um lado, o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação defende publicamente a solução 1, ou seja, um traçado novo a sul de Viseu; por outro lado, o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, a quem coube a avaliação ambiental, veio concluir por uma solução diferente, a norte de Viseu, tal como nos foi referido na resposta ao requerimento que oportunamente enviámos ao Governo e que passo a citar: «Após avaliação ambiental do estudo prévio, foi emitida, a 12 de Julho de 2002, a declaração de impacte ambiental, com parecer favorável, ao projecto do IP5, sublanços Boa Aldeia/Viseu/Mangualde (solução 2) até cerca do quilómetro 10, conjugada com a solução 1-A, aproximadamente a partir do quilómetro 6300, condicionada à integração no projecto de execução das recomendações e medidas apresentadas». Diz ainda o Governo que «presentemente estão a ser desenvolvidos estudos no corredor resultante da declaração ambiental acima mencionada».

Sr. Secretário de Estado, para esclarecer definitivamente esta confusão criada pelo Governo, gostaria de lhe colocar as seguintes questões: o Governo, designadamente o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação e o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente já se entenderam sobre a solução final para o traçado em causa? Quer isto dizer que a solução definitiva é esta?

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou. Conclua, por favor.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

Que estudos são esses que estão a ser feitos nesse corredor? E a sul de Viseu não estão a ser feitos quaisquer estudos? Foi abandonada essa hipótese?

Finalmente, pergunto: está o Governo em condições de assegurar que, apesar destes atrasos, este troço estará concluído no prazo contratualizado, isto é, em Setembro de 2005?

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas** (Vieira de Castro): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Miguel Ginestal, agradeço a pergunta que me colocou sobre uma matéria acerca da qual têm sido emitidas muitas opiniões, todas elas enfermando de grande imprecisão.

O Sr. Deputado, de alguma maneira, adiantou o meu trabalho, porque situou no tempo a aprovação da minuta do contrato de concessão, isto é, 24 de Abril de 2001, estando nele contemplado, justamente, a construção de dois sublanços novos entre Boa Aldeia/Viseu e Viseu/Mangualde, situados a sul de Viseu. Foi o que o Estado, por intermédio do governo anterior, contratou com a concessionária. Percebe-se, pois, mal como é que o Partido Socialista parece manifestar-se agora contra a solução que contratou com a concessionária.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Certamente que o Partido Socialista não está a medir as consequências da alteração ao contrato de concessão que assinou, em cerimónia pública, no dia 28 de Abril de 2001.

Ora, o que é que estamos a fazer? Para defender o Estado, isto é, para não alterar o contrato de concessão e adoptar a solução que foi preconizada pelo governo do Partido Socialista, estamos a estudar uma terceira solução, se quiser a solução 3, que vai ser submetida a impacte ambiental e que, sendo em parte coincidente com a solução 1, aquela que foi contratada pelo governo do Partido Socialista, apresenta, em todo o caso, numa determinada extensão, algumas diferenças para minimizar os impactes ambientais da solução 1, que, repito, foi a solução contratada pelo governo do V. Ex.^a.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal.

O Sr. **Miguel Ginestal** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, gostaria de fazer um nota prévia: o Sr. Secretário de Estado — infelizmente registamos esse facto — fugiu às suas responsabilidades, e quando lhe é pedida uma decisão aquilo com que nos aponta, na Assembleia da República, é justamente com o contrário, ou seja, com indecisões, empatando uma solução que lhe foi deixada em alternativa e sobre a qual não quer, objectivamente, tomar qualquer decisão.

Portanto, o Governo não quer decidir, está a fugir às suas responsabilidades e hoje disse uma coisa nova, que, isso sim, deve ser registado: disse que ia avançar para uma solução 3. A novidade que o Sr. Secretário de Estado hoje nos trouxe foi, pois, esta: o trabalho feito está colocado de lado, sobre isso há uma decisão, a de que tanto a solução 1 como a solução 2 não são, qualquer uma delas, a solução final.

Pois bem, então pergunto-lhe, Sr. Secretário de Estado: qual é esta solução 3 que está a ser estudada em concreto? Que corredor é que está a ser apontado nessa solução? Qual é ela? Quanto tempo vai demorar até ser efectuado o obrigatório estudo de impacte ambiental?

No que diz respeito ao calendário que estava contratualizado de que o troço Viseu/Mangualde, numa extensão de 14 km, estaria concretizado em Setembro de

2005, gostaria que o Sr. Secretário de Estado deixasse aqui hoje claro qual é o prazo e o calendário com que o Governo se compromete para que este troço esteja efectivamente concretizado.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, depois de ouvir atentamente a intervenção do Sr. Deputado Miguel Ginestal, ficamos com a impressão de que nunca houve, como é habito daquela bancada, qualquer tipo de responsabilidade do Partido Socialista nesta matéria e de que ela é exclusiva deste Governo.

Quero, por isso, aqui recordar aos Srs. Deputados que muito me entristece estarmos ainda a falar do traçado do IP5, quando há muito poderíamos estar a circular na A14, que o governo do Partido Socialista inviabilizou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Se, na altura, as preocupações eram de carácter financeiro, dado o elevado custo do empreendimento, é ou não verdade que esta duplicação tem um custo superior ao da construção da auto-estrada?

Srs. Deputados, se consequências negativas houve para a região e para o País pelo atraso neste investimento, elas devem-se, exclusivamente, à forma irresponsável como estas questões foram tratadas no passado, uma vez que não havia qualquer rumo definido. Têm que ter uma atitude séria em política e não andar em constantes ziguezagues, que em nada abonam em defesa dos interesses das populações. Têm de deixar de ter um comportamento ambivalente acerca desta questão, tentando passar atestados de menoridade aos visienses, questionando, ou não, a inclusão do IP5 em PIDDAC, quando os senhores sabem que as concessões das SCUT são um modelo implementado pelos governos do Partido Socialista, não estando inscritas em PIDDAC.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Srs. Deputados, é importante definirem imediatamente de que lado é que se encontram: se estão preocupados em resolver os problemas das populações ou em ter algum protagonismo com falsas questões. É que, para nós, o importante são as populações.

Sr. Secretário de Estado, temos acompanhado a forma séria e preocupada com que tem defendido esta solução para Viseu, em particular quanto à envolvente sul da cidade.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou. Conclua, por favor.

O **Orador:** — Termino já, Sr.^a Presidente.

Diga-nos, então, Sr. Secretário de Estado, por que é que esta é a solução mais adequada, bem como quais as contratualizações realizadas para todo o traçado e os prazos previstos para a conclusão das mesmas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Ainda para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Cabral.

O Sr. **Fernando Cabral** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, quando falamos do IP 5 falamos do IP 5/A 25 (é assim que o próprio Governo já a denomina), falamos de uma estrada que vai de Aveiro até Vilar Formoso. Como aqui foi referido, e no que diz respeito à responsabilidade do anterior governo, esta futura auto-estrada tem neste momento já em execução um troço entre a Guarda e Vilar Formoso e em relação aos restantes troços estavam em estudo alternativas. O que se pede ao Governo, que é executivo, é que execute, que tome opções e que decida acerca dos traçados da futura auto-estrada naqueles locais, onde pode haver duas soluções.

Nesse sentido, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário de Estado se já existe alguma decisão do Governo — se não existe, quando é que vai ser tomada — para o traçado entre a Guarda e Mangualde. Como sabe, existe neste momento a célebre subida do Alvendro, antes da Guarda, um troço que já está duplicado, tratando-se de uma zona onde tem havido uma grande sinistralidade rodoviária, e é com preocupação que ouvimos algumas notícias que referem a possibilidade de esse troço ficar ao serviço da futura auto-estrada. Para além disso, será um troço comum entre a A 25 e a A 23, dado que, depois, a A 23, ou o futuro IP 2, a norte da Guarda, seguirá, na zona de Celorico, em direcção a Vila Nova de Foz Côa.

Gostaria, portanto, de perguntar, concretamente, qual é a solução e qual o conhecimento que neste momento o Executivo tem acerca desse processo.

Para além disso, gostaria ainda de colocar uma questão que diz respeito à ligação do IP 5 à cidade da Guarda, que estava em PIDDAC no ano de 2002, havendo um concurso para um estudo prévio, pelo que gostaria também de perguntar ao Sr. Secretário de Estado como é que este processo se encontra.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. **Rodeia Machado** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, quero dizer-lhe que «está tudo como dantes, quartel-general em Abrantes»! Só que isto é um pouco mais acima, é um pouco mais a norte.

A questão central é que o IP5 é, de facto, uma estrada da morte, todos o reconhecemos, todos sabemos que isso é assim. E, naturalmente, esta situação não pode durar mais tempo, tem de se encontrar uma solução adequada. Mas, como é natural, esta situação com uma primeira solução, uma segunda solução e uma terceira solução, que V. Ex.^a aqui nos traz hoje... Só que não nos disse qual é essa solução, e nós gostaríamos de conhecer, em profundidade, qual é a solução que o Ministério tem para esta questão do IP5, nomeadamente em relação ao traçado entre Viseu e Mangualde, assim como gostaríamos de conhecer quais são as outras soluções que, naturalmente, compõem, todas elas, aquele itinerário principal.

Gostaria também que o Sr. Secretário de Estado nos informasse se os estudos sobre esta matéria estão avançados e qual é a calendarização das obras que foram aprovadas durante o governo do Partido Socialista, uma vez

que estas não avançaram e tão essenciais são. Neste momento, torna-se urgente uma resposta adequada por parte do Governo, até porque na própria Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações recebemos, já por diversas vezes, várias entidades, nomeadamente entidades e associações de cidadãos que estão preocupadas com esta matéria, para que esta Assembleia, que fiscaliza a actividade do Governo, conheça em profundidade quais são as soluções propostas, qual é a calendarização e o que é que vai ser resolvido no curto prazo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza). — Igualmente para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, vai-me perdoar o facto de eu fazer uma extensão do IP 5 para o IP 3, começando exactamente por lhe perguntar em que ponto está a questão relativa ao estudo de impacte ambiental do IP3, na ligação do IP5 até à fronteira de Chaves.

Neste momento, temos um problema grave no que diz respeito ao atravessamento da serra do Alvão, em Vila Pouca de Aguiar — e sei que o Sr. Secretário de Estado tem vindo a acompanhar esse processo —, que é uma situação muito difícil, até porque vamos ter a construção da A 7 em grande velocidade nos próximos meses, e essa ligação da A 7, em Vila Pouca de Aguiar, ao IP 3, que ligará posteriormente ao IP5, é de extrema importância.

Sr. Secretário de Estado, aproveitando esta circunstância, gostava também de lhe perguntar em que fase se encontra o estudo que o Governo está a realizar relativamente à introdução das portagens pagas nas SCUT, e designadamente, no que diz respeito ao IP 3, que liga Viseu a Chaves, se vai ou não haver portagens pagas.

Por último, Sr. Secretário de Estado, uma pergunta que tem a ver com a filosofia que o Governo imprimiu relativamente ao estudo que está a fazer das estradas nacionais. Existem milhares de quilómetros de estradas nacionais ao abandono, por isso gostava que o Sr. Secretário de Estado nos pudesse dizer que caminho vai seguir relativamente à recuperação dessas estradas nacionais, que caminho seguir numa parceria possível com os municípios e em que ponto está a negociação com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses para a transferência dessas mesmas estradas nacionais para a titularidade e para a responsabilidade dos municípios.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza). — Finalmente, para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. **Miguel Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, gostaria de pedir a V. Ex.^a um esclarecimento adicional bastante na linha do que foi há pouco colocado pelo meu colega Rodeia Machado, desde logo para assinalar que, efectivamente, uma via tão problemática como o IP 5 tem de ter um tratamento onde a qualidade das soluções tem de primar pela calendarização ou por cronogramas, por muito bem que eles tenham sido estabelecidos e por melhores que sejam as intenções que estejam na sua base.

Eu não tirei as mesmas conclusões que o nosso colega Miguel Ginestal tirou dos esclarecimentos do Sr. Secretário de Estado, não tirei a conclusão de que os dois traçados anteriores tivessem sido abandonados, tirei, sim, a conclusão de que, efectivamente, dada a sensibilidade do problema, que, de resto, nos tem sido transmitida, em sede de comissão especializada, em diversas audições que temos efectuado, o Governo procura conciliar e minimizar os efeitos negativos que todas as soluções têm, como custos e impactos ambientais, procurando uma terceira solução — e creio que o Sr. Secretário de Estado disse-o aqui — que iria ser submetida aos estudos de impacte ambiental, e que, portanto, neste momento, apenas existe nos estiradores em traçado, ou melhor, nos computadores, porque agora já não há estiradores.

Sr. Secretário de Estado, quero, pois, dizer-lhe que estou perfeitamente de acordo com a prudência com que o Governo aborda este ponto sensível, mas gostaria de obter esclarecimentos sobre a directriz que se está a estudar para essa terceira solução que o Sr. Secretário de Estado aqui apontou.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Para responder ao conjunto dos pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr.ª Presidente, se os Srs. Deputados me permitirem, não irei individualizar as respostas, mas irei responder a todas as perguntas que me fizeram.

Em relação ao Sr. Deputado Miguel Ginestal, quero dizer o seguinte: eu afirmei que o Governo está a estudar uma solução alternativa e V. Ex.ª vem dizer que o Governo está indeciso. Eu acho que não está! Porque o Governo está, justamente, a estudar uma solução alternativa.

Tenho muita dificuldade em compreender, em particular, a posição dos Srs. Deputados do Partido Socialista, porque o que vim dizer à Assembleia da República foi que o actual Governo está a honrar os compromissos assumidos pelo anterior governo, do Partido Socialista. Essa é que é a verdade!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Miguel Ginestal (PS): — Então, decidam!

O Orador: — Porque — volto a repetir — o que o Estado, por intermédio do governo do Partido Socialista, contratou com a concessionária foi a solução 1, a sul de Viseu! Acerca disto não há que ter qualquer espécie de dúvidas! Portanto, não fugimos às nossas responsabilidades, bem pelo contrário estamos a honrar a palavra do Estado, que, em 2001, foi interpretada por um governo do Partido Socialista. É assim que estamos.

Qual é a solução? Já o disse há pouco. É semelhante à solução 1, porque passa a sul de Viseu, em boa parte sobrepe-se ao lanço do IP3, e, depois, faz determinadas inflexões para minimizar os impactos que tem. E vamos submeter essa solução a impacte ambiental, vamos agir de acordo com a lei.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Miguel Ginestal (PS): — É um túnel?!

O Orador: — O Sr. Deputado Pedro Alves perguntou-me porque é que essa era a solução mais adequada. Desde logo, porque é essa que está contratada com o concessionário. Ao alterarmos o contrato de concessão, o Estado português incorre em responsabilidades, que têm de ser ressarcidas mediante, seguramente, pagamento expressivo ao concessionário, porque pediu-se-lhe uma coisa e agora, eventualmente, vamos pedir-lhe outra que é completamente diferente.

Mas esta solução também é adequada porque no contrato de concessão está prevista uma ligação do novo lanço do IP 5, a sul de Viseu, se for esse o que vier a ser construído, ao actual IP 5. Se viesse a ser adoptada a solução a norte, esta ligação não estava incluída no contrato de concessão e tinha de ser o Estado a executá-la, e, como ela é necessária, o Estado teria de arranjar recursos financeiros para a executar.

Uma outra razão que tem relevância é o facto de uma intervenção no actual IP 5, fazendo o respectivo alargamento, ter consequências porque se trata de uma zona de intenso tráfego, enquanto a outra solução não interfere com o tráfego.

Perguntaram-me os Srs. Deputados se esta solução que está a ser estudada e que vai ser submetida a impacte ambiental é susceptível de introduzir atrasos na execução. Devo dizer que estamos a fazer tudo para que isso não aconteça, porque, se não queremos provocar responsabilidade para o Estado relativamente à adopção de outra solução, como tive oportunidade de dizer há pouco, também estamos preocupados com a responsabilidade que poderia advir, traduzida num reequilíbrio financeiro, do atraso de execução da obra.

Suponho que terei respondido a todas as perguntas relativas ao IP 5.

O Sr. Deputado Ascenso Simões colocou-me uma pergunta relativamente ao IP 3, em Vila Pouca de Aguiar. Quero dar-lhe uma boa notícia: havia, como sabe, um problema ambiental, mas encontrou-se uma solução alternativa, que, sendo mais dispendiosa — não deixarei de o dizer —, salvaguarda o ambiente, e o ambiente não tem preço.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Aplausos de público presente nas galerias.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Quero lembrar aos nossos visitantes muito jovens que se encontram nas galerias que não podem bater palmas.

Srs. Deputados, vamos passar à segunda pergunta, dirigida ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, relativa ao alargamento e repavimentação da EN 308.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, como V. Ex.ª sabe, o concelho de Amares é um concelho especialmente paradigmático e importante no distrito de Braga. Situa-se no coração do Minho, tem cerca 83 km², vai desde os contrafortes da serra do Gerês até à confluência dos rios Homem e Cávado. É uma terra cheia de tradição e de História, predominantemente agrícola, mas, infelizmente, tem tanto de bonita como de esquecida.

Ao longo de muitos anos, muitas têm sido as obras prometidas para o concelho de Amares, inscritas sucessivamente em PIDDAC, mas raramente executadas.

Para as gentes de Amares a repavimentação e a redefinição prévia do traçado da EN308, que, como V. Ex.^a sabe, liga, entre outros locais, Amares, Vila Verde e Gerês, é uma obra particularmente importante, que serve muita gente, mas o seu traçado encontra-se deficitário e muito degradado. Sabemos que a obra está inscrita no PIDDAC, está anunciada, mas as gentes de Amares — devo dizer-lhe, Sr. Secretário de Estado — já têm muito pouca fé de que venha a ser executada e concluída, porque, infelizmente, esse tem sido o exemplo do passado.

Por isso, aquilo que, muito concretamente, quero perguntar a V. Ex.^a é se esta obra em Amares vai ser executada e, se for, para quando está previsto o início da obra e a sua conclusão, qual vai ser a parte do traçado que vai ser abrangida por esta obra e, muito em particular, se na mesma vai ser contemplada a variante a Caldelas, que, como sabe, é uma instância termal histórica do concelho e do distrito.

Estas são as questões muito concretas que deixo a V. Ex.^a e espero poder levar daqui para o meu distrito boas notícias.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas:** — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, precisamente no dia 1 de Setembro de 1997, foi homologado pelo meu antecessor o acordo de colaboração celebrado entre a antiga Junta Autónoma de Estradas e a Câmara Municipal de Amares relativo à beneficiação da EN308 numa extensão de 27,7 km. A verdade é que, pese embora a homologação desse acordo de colaboração tenha acontecido em 1997, coube-me a mim autorizar a adjudicação da obra em 19 de Julho passado, quase cinco anos depois. Mas dirão os amarenses, certamente, «mais vale tarde que nunca».

A obra foi consignada no dia 2 de Setembro deste ano, tem um custo de 1,7 milhões de euros mais IVA e um prazo de execução de exactamente um ano ou 365 dias, e, portanto vai estar concluída, se tudo correr bem, em Setembro do próximo ano.

Quanto à variante a Caldelas, que também está incluída nesse acordo de colaboração, o respectivo projecto de execução é da responsabilidade da Câmara Municipal de Amares, que o terá concluído no primeiro trimestre de 2003. A obra está inscrita, tem dotação em PIDDAC — é a Actividade 039806. Portanto, a variante a Caldelas vai entrar em obra no próximo ano.

Queria dizer também ao Sr. Deputado que o acordo de colaboração a que já me referi prevê a transferência desta via para a rede municipal de Amares. Mas, acerca da transferência da rede nacional para as câmaras municipais, matéria sobre a qual me questionou um outro Sr. Deputado, darei esclarecimentos na próxima resposta às perguntas que, certamente, os Srs. Deputados me farão.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, cumprimento-o também com gosto.

De facto, a EN308 é uma via muito importante no concelho de Amares: constitui a ligação de várias povoações à sede de concelho, faz a ligação ao Parque Nacional da Peneda-Gerês e atravessa a vila de Caldelas. Ora, como é evidente, e dada a importância que essa via tem, merece a consideração, que de há muito temos vindo a defender, da construção da variante.

Disse bem o Sr. Secretário de Estado que o protocolo sobre esta matéria com a câmara municipal data de 1997 e que, até agora, não teve concretização. Houve, até, em 2000, uma forte contestação feita por várias juntas de freguesia, por vários autarcas e pela população, exigindo a sua concretização. E foram feitas, pelo anterior governo, promessas nesse sentido.

O Sr. Secretário de Estado disse-nos agora que a obra está consignada e vai avançar. Mas pergunto-lhe se, em relação à repavimentação e ao arranjo da estrada, a obra vai ou não ser prejudicada pelo aperto orçamental e pela cativação do orçamento do Ministério das Obras Públicas, imposto pelo Ministério das Finanças, o que, certamente, irá prejudicar algumas obras. É que nalgum sítio se hão-de aplicar os 15 % de cativação — que, aliás, a Sr.^a Ministra das Finanças já disse não ser uma cativação, mas sim para não se gastar...

Pergunto-lhe, portanto, se esta obra vai ou não ser afectada por isso.

Quanto à variante à vila termal de Caldelas, obra para a qual o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas não definiu prazos de execução — e eu gostava que o fizesse —, pergunto-lhe se o facto de não ter definido esses prazos e de a obra estar, porventura, mais dilatada no tempo, também se deve a essa contenção orçamental que nega os direitos às populações desta região e deste concelho.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Também para solicitar esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Santos Pereira.

O Sr. **Fernando Santos Pereira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, sob esta forma, queríamos deixar aqui o seguinte registo: conforme foi dito pelos Srs. Deputados Bernardino Soares e Nuno Teixeira de Melo, a obra de alargamento e repavimentação da EN308 é muito importante para o distrito de Braga.

Mas o Grupo Parlamentar do PSD queria aqui sublinhar um aspecto.

Tal como disse o Sr. Secretário de Estado, esta obra foi homologada em 1997, tendo sido preciso passarem cinco anos para que, com este Governo e com a chegada do Sr. Secretário de Estado a esse cargo governativo, esta obra avançasse. Isto é, durante o governo socialista, o distrito de Braga, concretamente os concelhos de Vila Verde e de Amares, ficaram à espera de algo que estava pronto para ser adjudicado, para — conforme disse o Sr. Secretário de Estado — ser feito o auto de consignação para uma obra cujo prazo previsto era de um ano.

Temos, pois, de nos congratular com este posicionamento do Governo. Nem sei mesmo se isto não terá sido algo que o governo socialista terá deixado ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas para brilhar um pouco!

Risos.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder aos pedidos de esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas**: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, começando por responder ao Sr. Deputado Bernardino Soares, direi que às vezes os Srs. Deputados querem forçar os membros do Governo a trazerem má notícias mesmo quando traz boas notícias!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ficamos contentes!

O **Orador**: — Não se satisfazem com as boas notícias. Procuram sempre que, eventualmente, os governos não venham trazer respostas à Assembleia da República.

Não estou, com isto, a querer dizer que, em relação à beneficiação da EN308, estejamos propriamente a falar de uma boa notícia, porque ela é capaz de ser boa, mas convenhamos que é muito tardia, tem cinco anos de atraso. Mas, como eu referia há pouco, o povo diz muitas vezes (infelizmente, mais do que aquelas que seria bom que dissesse) que mais vale tarde que nunca. E foi este o caso.

O Sr. Deputado Bernardino Soares perguntou: «E a cativação, não vai pôr tudo em causa?» Não vai!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ainda bem!

O **Orador**: — Outra boa notícia!

O Sr. **Fernando Santos Pereira** (PSD): — Bem respondido!

O **Orador**: — Quanto a prazos, o Sr. Deputado Bernardino Soares disse: «Fiquei apreensivo, porque o Sr. Secretário de Estado não falou em prazos». Falei!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Da variante!

O **Orador**: — Falei, e disse duas coisas muito importantes a esse respeito: disse que o projecto de execução da variante era da responsabilidade da Câmara Municipal de Amares, que o terá concluído no primeiro trimestre de 2003, e disse também à Câmara qual era o código da actividade da dotação para a execução desta obra.

O que lhe vou agora dizer é o seguinte: estando pronto o projecto de execução no primeiro trimestre de 2003, seguir-se-á o processo concursal. Sem ser muito optimista, direi que a obra se inicia em 2003, é para isso que ela tem inscrição no PIDDAC!

Um Sr. Deputado fez-me uma pergunta muito pertinente: falou nas estradas da rede nacional que estão ao abandono. Eu não direi tanto! Tenho de fazer justiça aos anteriores institutos, que eram satisfatoriamente diligentes na conservação da rede nacional. Mas o que estamos a fazer é, justamente, a transferir, mediante protocolos subscritos com as câmaras municipais, as vias que estão desclassificadas no Plano Rodoviário Nacional 2000.

Já tive oportunidade de dizer aos Srs. Deputados que esse é um processo que tem decorrido muito bem. O que é que quero dizer com isto? Que não há reclamações das câmaras municipais quanto a essas transferências, facto que denota duas coisas: que só são efectuadas transferências de vias em bom estado de conservação e que o montante que é anualmente transferido para as câmaras municipais para assegurarem a manutenção futura dessas vias também é suficiente. Mais: posso dizer aos Srs. Deputados que o Instituto das Estradas de Portugal até sente alguma pressão das câmaras municipais no sentido de pedirem a agilização dos processos de transferência das estradas desclassificadas para o património municipal, para a integração dessas antigas estradas nacionais na rede municipal.

Desta forma, respondi a um Sr. Deputado a quem há pouco não tive tempo para responder, pedindo-lhe desculpa por isso.

Fica, pois, aqui dada esta resposta, em geral, sobre a transferência das vias desclassificadas para as câmaras municipais.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, passamos agora a uma pergunta dirigida ao Ministério da Saúde, sobre a construção do hospital distrital de Lamego, que será formulada pelo Sr. Deputado José Junqueiro, a quem dou a palavra.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Saúde, o concelho de Lamego, através do seu presidente de câmara, tem liderado, desde 1996 (sobretudo a partir desta data), o processo que visa dotar as populações e as autarquias limítrofes, nomeadamente a região do Douro Sul, de um equipamento hospitalar moderno que responda à procura existente na área da saúde.

O governo de então apoiou e decidiu responder positivamente a esta pretensão por a mesma constituir um reforço incontornável do sistema nacional de saúde de uma solução indispensável à melhoria da qualidade de vida das pessoas, numa região do interior, inconformada com o esquecimento a que, durante muitos anos, foi votada. Neste contexto, em Abril de 1998, foi aprovado o programa funcional do novo hospital e, no mesmo ano, lançado o concurso internacional para o projecto de arquitectura. Mais tarde, por sugestão do gabinete projectista de arquitectura que vencera o concurso, fez-se uma revisão do programa funcional, com a aprovação do Ministério da Saúde, em 16 de Março de 2001, revisão essa que se concluiria em Fevereiro do corrente ano. Em Setembro de 2002, o aditamento ao projecto de arquitectura foi aprovado pelo Tribunal de Contas e a entrega do anteprojecto realizou-se em Novembro deste ano.

Embora algumas forças políticas locais tenham, ao longo deste período, afirmado a inexistência deste processo, bem como a viabilidade de construção do novo hospital distrital de Lamego, conclui-se, pela simples objectividade dos factos, que, deliberadamente, não diziam a verdade. Tal facto induziu mesmo a confusão na opinião pública, a alguma descrença relativamente a um bem a que têm legitimamente direito e a uma opinião desfavorável relativamente às justas preocupações do Estado para com os cidadãos. Seja qual for o governo em exercício, as pessoas merecem sempre a verdade e não merecem, por isso, o recurso das oposições à mentira, como forma de manipu-

lar a opinião pública. Foi isto o que aconteceu em Lamego, nos últimos anos.

Pergunto, pois, a V. Ex.^a se confirma a vontade do actual Governo de levar este projecto até ao fim. Em caso afirmativo — como, aliás, faço confiança —, qual o faseamento contratualmente estabelecido para a elaboração do projecto de execução, tendo em conta as alterações decorrentes da reformulação do programa funcional e do respectivo estudo prévio, já apresentado em Novembro de 2002? Qual a data de homologação das alterações introduzidas no acordo de colaboração 96-A/99, celebrado entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal de Lamego? Quando se estima que possa ser lançado o concurso público internacional para a execução das obras e quando se prevê que as mesmas possam ser concluídas? Finalmente, Sr. Secretário de Estado, qual o valor global do investimento?

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde (Adão Silva): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado José Junqueiro, antes de mais, quero agradecer-lhe a pergunta que fez, pois trata-se de uma pergunta que tem a máxima pertinência, como V. Ex.^a, aliás, disse.

De facto, estamos perante uma obra, um equipamento de referência no âmbito da saúde, numa das regiões tradicionalmente menos apoiadas pelos governos centrais, que é a região ou a sub-região do Alto Douro. E, efectivamente, todo o investimento que seja feito no âmbito da saúde é um investimento absolutamente imperioso.

Na verdade, trata-se de construir um equipamento que servirá os concelhos de Lamego, Tarouca, Tabuaço, Armamar, São João da Pesqueira, Resende, parte de Moimenta da Beira e parte de Cinfães e Sernancelhe, abrangendo, portanto, uma população de 120 000 cidadãos que, neste momento, é servida por um hospital muito velho, o qual já conta com cerca de 110 anos de existência, uma vez que foi inaugurado pelo Rei D. Luís I, em 1892, e tem tido ou manifesta imensas disfunções e grandes vicissitudes.

A matéria relativa à realidade actual deste hospital poderei desenvolvê-la na última intervenção que farei, dado que tenho um pouco mais de tempo, pelo que vou directo às perguntas que o Sr. Deputado José Junqueiro me fez.

O propósito do Governo nesta matéria é firme e iniludível: vamos avançar com a construção do novo hospital de Lamego.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O novo hospital de Lamego será o primeiro a ser feito no mandato deste Governo.

O Sr. Miguel Ginestal (PS): — Graças ao PS!

O Orador: — Como os Srs. Deputados sabem, e V. Ex.^a também, está, neste momento, em construção apenas um hospital, o hospital de Santiago do Cacém, o qual será concluído durante o ano de 2003, e o próximo hospital a

iniciar-se em Portugal, feito, obviamente, pelo Estado, será o hospital de Lamego.

Agora, deixe-me dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado José Junqueiro: o Partido Socialista não se portou bem neste processo do hospital de Lamego. Não se portou bem!

Vozes do PSD: — Nada bem!

O Orador: — O Partido Socialista teve até comportamentos de algum desleixo e de manifesto desinteresse em relação à construção deste hospital.

Refiro alguns aspectos de calendário, respondendo, aliás, às perguntas e às afirmações que V. Ex.^a fez: a aprovação do primeiro programa funcional foi, de facto, no dia 29 de Outubro de 1998, mas...

A Sr.^a Presidente (Leonor Beza): — Sr. Secretário de Estado, terminou o tempo de que dispunha, pelo que peço-lhe que conclua. Depois, como sabe, no final, terá mais 10 minutos.

O Orador: — Então, especificarei melhor as respostas ao Sr. Deputado José Junqueiro na parte final.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, agradeço, como é óbvio, a sua resposta, até porque, substantivamente, ela é positiva e, como é evidente, compreendo a parte adjectiva da mesma, tentando lançar agora, eventualmente, para cima do Partido Socialista ou do governo anterior, qualquer responsabilidade que permita ao Sr. Secretário de Estado dizer «Isto faz-se porque este Governo quer!».

Protestos do Deputado do PSD Cruz Silva.

De qualquer forma, não vim aqui falar com V. Ex.^a nesse propósito, vim aqui, com seriedade, colocar questões para esclarecer as pessoas. Aliás, se fôssemos avançar por essas razões, também poderíamos dizer que, durante estes anos todos, ninguém quis decidir a questão do hospital em Lamego e hoje está decidida. Abster-me-ei, portanto, desses comentários e passo a colocar as questões.

Houve um grande esforço em matéria de saúde, como se sabe, há um hospital em construção e o de Lamego também avançará. É muito positivo aquilo que diz.

Durante estes últimos seis anos, foram construídos cerca de 200 novos centros de saúde — um esforço notável para um país com pouco mais de 300 concelhos — e entendendo e acredito que este esforço tem de ser prosseguido.

Relativamente ao hospital de Lamego, as questões que coloco são as seguintes: quais as valências que, em definitivo, vão ser decididas para este equipamento?

O novo hospital de Lamego, como é óbvio, vai ter um maior quadro de funcionários. Pergunto: qual o número de funcionários estimado para a rendibilidade máxima do hospital? Que modelo de gestão para o novo hospital distrital de Lamego?

Finalmente, Sr. Secretário de Estado, sendo os cuidados primários o complemento e até a coerência do Siste-

ma Nacional de Saúde, e existindo um projecto para um novo centro de saúde, sabendo-se o actual desadequado, pergunto a V. Ex.^a se também está na intenção do Governo levar por diante e concretizar a construção do novo centro de saúde.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Melchior Moreira.

O Sr. **Melchior Moreira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, o assunto que hoje aqui discutimos tem merecido, da minha parte, em especial, e da parte do Partido Social Democrata, toda a atenção, não só no Plenário, na anterior Legislatura, mas também enquanto compromisso nas campanhas eleitorais.

Não é, pois, surpresa para nós a abordagem do Partido Socialista, pela voz do Sr. Deputado José Junqueiro, ao trazer aqui hoje, a esta Câmara, através da figura regimental de perguntas ao Governo, a situação da construção do hospital de Lamego, o que prova que, afinal, não concretizaram nada e que afinal tínhamos razão quando afirmámos que o hospital de Lamego, na gestão dos governos socialistas, foi uma miragem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Sempre nos habituámos, em Viseu, a todos os anos prometerem as mesmas coisas sem terem capacidade para as concretizar. E é uma atitude despuddorada e irresponsável, Sr. Deputado José Junqueiro, fazer *show-off* de um compromisso que já devia estar hoje em execução e quase em fase final.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do Deputado do PS José Junqueiro.

O **Orador:** — Nós, os Deputados do Partido Social Democrata, e da maioria, trabalhamos primeiro os *dossiers* e só depois os anunciamos,...

Vozes do PCP: — Ah!

O **Orador:** — ... ao contrário do que os senhores sempre fizeram, ao longo de todos estes anos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Compreendemos bem o peso na consciência do Partido Socialista e do Sr. Deputado José Junqueiro, que procura agora branquear a actuação do anterior governo, de que chegou, aliás, a fazer parte, e também dos Deputados do seu partido, por aquilo que prometeram e não fizeram.

A Sr.^a **Maria Celeste Correia** (PS): — Que descaramento!

O **Orador:** — Por tudo isto, Sr. Secretário de Estado, é imperioso, de uma vez por todas, informar esta Câmara, para que não restem dúvidas, sobre o estado em que en-

controu este *dossier*, o trabalho que o Sr. Secretário de Estado e este Governo desenvolveram nestes oito meses e que compromissos pode assumir aqui, sob a forma de mensagem às gentes de Lamego e da região do Douro Sul, quanto à construção do novo hospital de Lamego.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Já está respondido!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Ainda para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, quero recordar aqui que, em 8 de Janeiro de 1999, numa sessão de perguntas ao governo, tivemos uma pergunta exactamente sobre este tema.

Na altura, o então Sr. Deputado Joaquim Sarmento colocou ao governo esta questão e o governo assumiu aqui a seguinte calendarização: o programa funcional estava pronto e retocado desde Agosto de 1998, o concurso seria um mês e meio depois, ou seja, em Fevereiro de 1999, a execução do projecto seria até ao 2.º semestre de 2000, com o consequente arranque da obra, e o final da obra seria no 2.º semestre de 2002, no qual estamos, sendo que tal não foi cumprido.

Este hospital é muito importante, serve todo o Douro Sul, com uma população de 120 000 habitantes, pelo que, de facto, é uma vergonha que até agora não tenha sido substituído um hospital com mais de 110 anos.

O Sr. Deputado Joaquim Sarmento dizia até, nessa altura, na sequência da resposta do governo, o seguinte: «Sinto-me agora mais tranquilo...

Risos do PSD.

... quanto à concretização próxima dum projecto que é justamente uma bandeira de progresso e desenvolvimento para uma cidade e todo o espaço regional envolvente (...)). Foi um descanso que, manifestamente, não tinha justificação, como, aliás, dissemos logo, numa pergunta que formulámos imediatamente a seguir. Curiosamente, o PSD, nessa sessão, não fez qualquer pergunta sobre este hospital.

Mas quero dizer ao Sr. Secretário de Estado que não é suficiente vir aqui dizer, em termos gerais, que houve grandes problemas em relação ao Partido Socialista e que se está a estudar para a construção do novo hospital.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Muito bem!

O **Orador:** — É que o Sr. Ministro já anunciou quais são os novos 10 hospitais que o Governo se propõe construir: Braga, Cascais, Sintra, Vila Franca, Loures, Guarda, Évora, Vila Nova de Gaia, Póvoa de Varzim/Vila do Conde e Algarve. Desta lista não consta o de Lamego e, portanto, o Sr. Secretário de Estado tem de dizer o que se passa com o hospital de Lamego.

O Sr. **Rodeia Machado** (PCP): — Exactamente!

O **Orador:** — Não basta vir aqui dizer que o processo estava muito atrasado, porque alguns destes hospitais têm

o processo ainda mais atrasado do que o de substituição do hospital de Lamego.

Portanto, o que se exige aqui é que o Governo diga se vai ou não construir o hospital de Lamego e quando, e não que diga que o problema do governo anterior era muito grave e, portanto, não há ainda possibilidades de o construir. Trata-se de um hospital necessário e não podemos fazer uma política de saúde como a que o Governo está a fazer, apenas para privilegiar o intuito lucrativo de alguns grupos económicos.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, terminou o tempo de que dispunha. Por favor, conclua.

O **Orador**: — Termino imediatamente, Sr.^a Presidente.

Se calhar, o hospital de Lamego não tem a dimensão suficiente para ser lucrativo para a exploração privada mas tem a dimensão suficiente dos direitos das populações daquela zona, que têm direito a um novo hospital.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. **Miguel Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, parece-me que boa parte das questões que aqui foram postas vão ter esclarecimento no complemento de resposta do Sr. Secretário de Estado, que teve de ser interrompido por motivos regimentais de tempo.

Todavia, quero dizer que o hospital de Lamego é uma necessidade absolutamente indiscutível, como aqui foi reconhecido, serve uma população de 110 000 ou 120 000 pessoas, numa zona com acessibilidades difíceis, em estado de desertificação e que necessita de equipamentos em que as populações, digamos assim, se sintam seguras mas também uma zona com potencialidades e, sobretudo, com potencialidades turísticas, onde, efectivamente, faz falta uma infra-estrutura hospitalar, sem a qual não se pode pensar num turismo de qualidade, como, felizmente, parece estar a despontar na região do Douro Sul, que começa a fazer parte dos roteiros de turismo de qualidade na Europa.

O Sr. Secretário de Estado deu aqui a garantia de que o hospital vai ser construído, vai ser o primeiro hospital a ser construído pelo Estado — portanto, há aqui um problema de *nuance*, porque o Sr. Deputado Bernardino Soares citou a lista dos outros 10 hospitais que, tanto quanto compreendo, serão construídos num modelo diferente do do hospital de Lamego — mas o que quero, fundamentalmente, assinalar é que este é também um compromisso eleitoral do meu partido, pelo qual muito nos batemos, pelo que gostaríamos apenas de saber se, dada a necessidade que houve de fazer adicionais, digamos assim, aos projectos que estavam em calendarização, se mantém a data de 2006 para a sua previsível inauguração e, realmente,...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, terminou o tempo de que dispunha, pelo que lhe peço para concluir.

O **Orador**: — Concluo já, Sr.^a Presidente.

Como estava a dizer, gostava ainda de saber se, realmente, está permitida a articulação com outros hospitais da região, no sentido de potenciar as valências de que o hospital de Lamego vai ser dotado.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder aos pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde**: — Sr.^a Presidente, antes de mais, agradeço aos Srs. Deputados as perguntas que me fizeram e, mais uma vez, peço desculpa pelo facto de não ter sido possível responder a todas as que me haviam já sido feitas pelo Sr. Deputado José Junqueiro na primeira intervenção.

Então, de uma forma mais sistematizada, quero referir alguns aspectos.

Estava eu a dizer, quando tive de interromper a minha primeira intervenção, que o processo do projecto do hospital de Lamego tem sido um processo muito arrastado.

De facto, houve um primeiro programa funcional, que foi aprovado em 1998, mas este programa foi, depois, reformulado, ou seja, foi aberto um concurso internacional para o projecto, em 1999, mas, em 2001, foi dito ao projectista para não avançar, porque estava a ser retocado. Concretamente em 7 de Dezembro de 2001 foi dito ao projectista para não avançar com o projecto, porque havia necessidade de reformular o programa funcional de 1998.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — A sugestão do projectista, Sr. Secretário de Estado!

O **Orador**: — Tal programa funcional foi aprovado em 14 de Março de 2002 e era necessário fazer uma adenda ao contrato inicial, porque a área do programa funcional aumentava em 42,2%. Ora, o que andámos a fazer durante estes oito meses foi levar a cabo esta negociação do aumento dos encargos advenientes deste acréscimo do espaço, tendo havido, de facto, um aumento dos encargos relativos ao projecto em 22%. Este projecto já foi visado pelo Tribunal de Contas, pelo que, neste momento, estamos com via aberta quanto a esta questão.

Devo dizer-lhe que o projectista concluiu o estudo prévio em 4 de Novembro último, a Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde está a fazer esta análise, e em breve prosseguiremos para a parte final, que é o anteprojecto, a que se seguirá o projecto de execução.

Perguntam-me quando é que verdadeiramente perspectivamos o arranque concreto da obra. O que posso dizer é que, depois de percorrermos o tempo do projecto e de lançarmos o concurso público internacional, pensamos estar em condições de fazer o auto de consignação da obra em Novembro de 2004. Ou seja, é um tempo onde encaixará todo um processo de projecto (anteprojecto e projecto de execução), onde encaixará a revisão do projecto, que é um momento essencial para evitar derrapagens a nível de custos e de tempo, e onde encaixará também um concurso público internacional de obra. Isto porque, contrariamente ao que era tradição na saúde, neste caso não houve um processo de concepção/construção, havendo por isso dois momentos, com um arrastamento burocrático imenso, o do projecto e o da construção.

O que aqui podemos garantir é que no final de 2004 iniciará-se a obra, para ser concluída durante 2006.

Perguntam-me também como é que vai ser o financiamento desta obra. A nossa perspectiva é a de que o custo do projecto seja na ordem de 1,5 milhões de euros, e, como poderão verificar, a verba está contemplada no PIDDAC para 2003, para que haja um acompanhamento perfeito deste processo.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Não está, não!

O Orador: — Está, está!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Não está!

O Orador: — Está sim, Sr. Deputado! V. Ex.^a, com certeza, não viu bem, porque, no PIDDAC para 2003, no capítulo relativo ao Ministério da Saúde, o Hospital Distrital de Lamego tem uma verba de 1,5 milhões de euros para poder contemporizar o projecto.

Quanto é que isto custará? A nossa perspectiva é a de que a construção rondará os 42 milhões de euros. Como é que se vai pagar este projecto? Pagar-se-á, em parte, com verbas nacionais (PIDDAC-Nacional) e, em parte, com verbas do Programa Operacional da Região Norte, com o qual estamos a trabalhar com vista a atingir este objectivo.

Por conseguinte, não será, como dizia o Sr. Deputado Bernardino Soares, uma circunstância em que nos tenhamos esquecido do hospital distrital de Lamego naquela listagem. Essa listagem, Sr. Deputado — convém não confundir as coisas, é preciso deixar as questões muito claras —, diz respeito aos hospitais que vão ser construídos em regime de parceria, por entidades públicas e privadas.

Portanto, o hospital distrital de Lamego vai ser construído pelo Estado, através do Ministério da Saúde, jogando com as duas verbas que citei — fundos nacionais e fundos comunitários.

Perguntam-me, ainda, que valências vai este hospital ter. Bom, o que posso dizer é que ele vai ter as valências que tem neste momento acrescidas de algumas novas valências, nomeadamente o internamento em psiquiatria, o bloco operatório para cirurgia de ambulatório, cuja importância é por demais conhecida, a unidade de cuidados intensivos, um serviço de fisioterapia moderno e adequado e também a instalação de equipamentos renovados, designadamente no que toca à Tomografia Axial Computorizada; alargando, no fundo, as capacidades já existentes, modernizando-o, por forma a dar uma resposta adequada àquilo que as pessoas pretendem e necessitam.

O Sr. Deputado José Junqueiro perguntou-me quantos funcionários este Hospital vai ter. Neste momento não lhe sei dizer, Sr. Deputado. O que posso dizer é que vamos fazer a obra, vamos, obviamente, alterar o quadro orgânico e o quadro de pessoal do hospital e, sobretudo, criar instrumentos capazes de atrair técnicos — médicos e técnicos superiores de saúde — para uma zona particularmente carenciada. É, aliás, por esta razão, como já foi anunciado, que estamos a retocar, a alterar o Decreto-Lei n.º 112/98, que é o diploma que cria um conjunto de incentivos para que médicos, nomeadamente, possam ser colocados onde mais necessários se tornam para o serviço das populações.

Que modelo de gestão — pergunta-me o Sr. Deputado José Junqueiro. Sr. Deputado, primeiro, vamos fazer o

hospital, determinadamente, e, depois, veremos o que vai acontecer no que toca ao modelo de gestão.

O Sr. Deputado José Junqueiro pretende saber se também está na intenção do Governo concretizar a construção do novo centro de saúde. Com certeza, Sr. Deputado, mas, neste momento, estamos a tratar do hospital. Também pretendemos construir um novo centro de saúde em Lamego, numa lógica integrada, em que os cuidados primários se integrem plenamente nos cuidados diferenciados, que são os cuidados hospitalares.

O Sr. Deputado Melchior Moreira pretende saber como estava o *dossier* quando chegámos ao Governo. Penso que já dei a resposta, mas, de qualquer forma, reafirmo que o *dossier*, em boa verdade, estava num impasse que resultava da necessidade de negociar com o projectista sobre o montante necessário a pagar adicionalmente, dado ter sido alterado o primeiro programa funcional de 1998 e, concomitantemente, ter havido a ampliação da área, o que também conduziria a um aumento do montante a pagar.

Como é que vai ser? Sr. Deputado, já respondi a esta questão. De qualquer forma, agora que o Tribunal de Contas visou definitivamente o projecto, o que vai ser feito é, de uma forma muito determinada, avançar com os processos, isto é, concluído o estudo prévio, passamos ao anteprojecto, ao projecto de execução, a concluir em finais de 2003, princípios de 2004, ao lançamento do concurso público internacional e, por fim, à construção, que terá início em finais de 2004, com a conclusão prevista para finais de 2006.

Sr. Deputado Bernardino Soares, como eu já disse, não estamos de facto perante hospitais de parcerias público/privado mas, sim, perante hospitais que são construídos exclusivamente pelo Governo, jogando com as verbas do FEDER, do Programa Operacional Regional Norte, e também com fundos nacionais. Como lhe digo, para já está garantido o co-financiamento no projecto — 750 000 euros de fundos comunitários e 750 000 euros de fundos nacionais, o que dá os tais 1,5 milhões de euros —, para que não haja qualquer vicissitude no que diz respeito ao projecto.

O Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia pretende saber se se mantém a data de 2006 para a previsível inauguração deste hospital. Creio que sim, Sr. Deputado, que o ano 2006 é absolutamente previsível para a conclusão deste hospital.

Quanto à articulação deste novo hospital com outros hospitais, é evidente que se torna particularmente importante equacionar este factor de sinergia. A articulação terá de ser não apenas deste hospital com os cuidados primários, de que já falei, deste hospital com os cuidados continuados — também será empenho deste Governo legislar e criar todo um conjunto de instrumentos que nos ajudem na implementação de uma rede de cuidados continuados no País, como, aliás, já foi dito —, mas também deste hospital com outros hospitais.

É bom ter a noção do que vem aí. Ou seja, o IP3 vai ligar Chaves/Vila Real/Lamego/Viseu, pelo que a proximidade entre Lamego e Vila Real, por um lado, e Lamego e Viseu, por outro, é demasiada para se perder este privilégio e esta oportunidade em se ganhar vantagens nesta lógica sinérgica de inter-relação deste hospital de Lamego com os demais hospitais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, passamos, agora, à pergunta seguinte, sobre o ponto de situação relativo à obra de rebaixamento da linha férrea no perímetro urbano da cidade de Espinho, que será formulada pelo Sr. Deputado Luís Montenegro e respondida pelo Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o assunto que vamos tratar aqui, agora, tem a ver com o projecto de rebaixamento da linha férrea no percurso urbano da cidade de Espinho.

Trata-se de um projecto ambicioso e deveras importante.

É um projecto ambicioso, porque é pioneiro no contexto do ferrovia nacional, nomeadamente no contexto da Linha do Norte.

É importante por múltiplas e variadas razões: do ponto de vista urbanístico e da requalificação urbana, porque vai lançar um novo caminho para o desenvolvimento do concelho de Espinho; dos pontos de vista do acréscimo da segurança, ambiental e turístico, por conferir ainda mais atractividade a este relevante destino turístico português e expoente máximo, diria, do turismo do distrito de Aveiro e da Área Metropolitana do Porto; é, naturalmente, também importante do ponto de vista do processo de renovação da Linha do Norte.

Enfim, Sr. Secretário de Estado, trata-se do maior anseio das populações envolvidas e residentes na região. Isto justificou, aliás, a participação e disponibilidade, do ponto de vista financeiro, da autarquia de Espinho no projecto que estamos a tratar agora.

Com a presença do Governo hoje, pretende-se saber qual o ponto da situação da referida obra, nomeadamente o porquê do aparente impasse em que o processo parece estar.

Gostava de saber, Sr. Secretário de Estado, da vontade política do Governo em acelerar a execução desta importante obra. É evidente que o facto, o que é um indício positivo, de ela estar consagrada em PIDDAC indicia que essa vontade política existe, e existe de modo firme.

Há um protocolo, que foi celebrado entre a Câmara Municipal de Espinho, a REFER e o Governo, que está em vigor. Gostaríamos de saber, pois entendemos que é importante, se está a ser cumprido e se estas entidades estão, também elas, a cumprir as disposições nele consagradas. E, pressupondo-se — naturalmente num acto de fé, que temos de fazer — que o processo está a correr bem, pergunto se, hoje, é ou não possível ao Governo dar-nos uma noção do calendário da execução da obra, nomeadamente o início do arranque da obra física.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou. Conclua, por favor.

O **Orador**: — Termina, Sr.^a Presidente, perguntando, de outra forma: o que é que está neste momento a influenciar o atraso que se verifica nesse mesmo arranque, que já foi prometido, no âmbito do governo anterior, para 2001

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. **Secretário de Estado dos Transportes** (Francisco Seabra): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Luís Montenegro, quero desde já afirmar a vontade política do Governo em seguir em frente com este projecto.

Quando assumimos funções encontrámos este projecto com alguns aspectos ainda não clarificados, nomeadamente os relativos ao impacto ambiental, que neste momento estão dominados.

No entanto, permanecem dois pontos, que convém desde já definir e que são extremamente importantes para o prosseguimento do projecto, a saber: clarificar determinados aspectos do protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Espinho e a REFER, relativamente ao qual assinalo existirem algumas divergências de interpretação; e integrar no planeamento das obras da Linha do Norte esta intervenção. Qualquer destes aspectos é extremamente importante, sobretudo pela razões que passo a explicar.

No caso do protocolo, sucede que o mesmo nos é apontado como sendo de referência num tipo de intervenções que será, sem dúvida, extremamente importante no desenvolvimento das infra-estruturas ferroviárias em Portugal. A REFER aponta cerca de 40 casos como podendo ser influenciados pelo que vier a ser acordado para o caso de Espinho, pelo que pensamos que devemos ter uma grande exigência neste domínio.

No que toca à programação dos trabalhos da Linha do Norte, estamos interessados no cumprimento dos prazos, que apontam para 2006, da conclusão dos trabalhos em curso, mas também temos de ter em conta que durante a realização do evento do EURO 2004 teremos de ter a Linha do Norte inteiramente disponível para exploração por parte da CP. O que quererá dizer que...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo, por agora, acabou. Depois terá 10 minutos no fim. Peço-lhe que conclua, por favor.

O **Orador**: — Portanto, são, essencialmente, estes os aspectos que serão terão tidos em conta.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, começo por registar, com agrado, o compromisso aqui assumido e a vontade firme do Governo em dar seguimento a esta obra, iniciando-a do ponto de vista físico, que é aquilo que interessa, naturalmente, às populações.

Em segundo lugar, gostaria de clarificar um dos pontos da intervenção de V. Ex.^a. Por aquilo que pude perceber da intervenção de V. Ex.^a, quando o XV Governo Constitucional tomou posse e, portanto, iniciou o seu mandato, havia ainda, no domínio ambiental, algumas questões que não estavam totalmente dirimidas e que teriam obstaculizado o arranque da obra de rebaixamento da linha férrea no perímetro urbano da cidade de Espinho.

Quero, apenas, lembrar que o governo anterior, ainda antes de deixar de exercer funções, adjudicou esta obra. E, sem querer politizar demasiado esta questão, porque ela é, do ponto de vista concelhio, perfeitamente consensual e

até tratada, do ponto de vista político, suprapartidariamente, não posso deixar, a título de responsabilização política, de lhe pedir um esclarecimento adicional.

Neste sentido, gostaria de saber se essa decisão foi tomada de forma apressada — não quero utilizar a expressão «com ligeireza» — por parte do governo anterior, visto ter sido uma bandeira eleitoral durante vários actos eleitorais ocorridos nos últimos anos e, por aquilo que hoje aqui pude perceber, na fase terminal do processo quis-se andar um pouco depressa demais, o que terá também influenciado o atraso que constatamos aqui hoje.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para solicitar esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosa Maria Albernaz.

A Sr.^a Rosa Maria Albernaz (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a questão central que preocupa a população de Espinho, neste momento, é saber se o Governo vai, ou não, dar início, de imediato, a esta obra, que é uma aspiração e um anseio antigo de todos os espinhenses.

É um anseio, porque a linha férrea divide a cidade da sua praia, impedindo deste modo os espinhenses e todos aqueles que escolhem esta terra de usufruírem plenamente da beleza e de uma cidade onde é possível ainda viver com certa qualidade de vida, como já referiu, aqui, o meu colega do PSD.

Esta divisão provoca custos no lazer dos cidadãos, mas fundamentalmente no turismo, factor importante para o desenvolvimento desta zona. É, pois, uma obra essencial, mas tal qual como foi desejada pelos espinhenses, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Espinho, pelos seus autarcas e partidos políticos — portanto, por toda a população de Espinho.

Não queremos aquilo que o governo do Sr. Professor Cavaco e Silva propôs para Espinho: um muro turco, tal qual como se tem em Nicósia, com quatro 4,5 m de altura e a quadruplicação da linha à superfície.

O Sr. Luís Montenegro (PSD): — Isso foi em 1996!

A Oradora: — Respondendo ao que o Sr. Secretário de Estado há pouco referiu, de que há alguns aspectos que temos de resolver, é bom lembrar o que já foi feito pelo governo socialista: o acordo entre a Câmara Municipal de Espinho e a REFER, que define condições de execução da obra, suportando a câmara municipal uma parte significativa do custo da mesma, com receitas provenientes da concessão do jogo. A REFER propôs a obra a concurso e obteve, junto de todas as instituições oficiais, nomeadamente na área ambiental, todos os necessários pareceres, estando, pois, a obra em condições de começar de imediato.

Sei que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Espinho vai ter, na próxima semana, uma reunião com a REFER para ultimar pequenos aspectos, mas, infelizmente, desde Outubro que o Sr. Ministro Valente de Oliveira não responde a este autarca, quanto a um pedido de entrevista.

Estando, pois, tudo pronto, pergunto ao Sr. Secretário de Estado quando é que a obra avança, e se avança como a autarquia e os espinhenses desejam, que é fazer o rebai-

xamento da linha férrea e requalificar do ponto de vista urbano da zona.

Quero dizer-lhe ao meu colega do PSD que tenho a certeza absoluta de que o Sr. Secretário de Estado nos vai dizer que a obra vai avançar imediatamente.

O Sr. Luís Montenegro (PSD): — Já disse!

A Oradora: — Não disse totalmente, porque colocou certos problemas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Luís Montenegro (PSD): — Deixados pelo Partido Socialista!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, naturalmente que esta obra do rebaixamento da linha férrea em Espinho tem um interesse extremamente importante para aquelas populações. Mas não basta dizer palavras bonitas, simpáticas, sobre esta matéria, tem de haver efectivamente obra feita ou, pelo menos, a obra estar principiada ou equacionada para levar por diante.

Aquilo que o Sr. Secretário de Estado aqui nos disse sobre esta matéria pode ser uma luz verde sobre isso, mas não vemos no Orçamento do Estado a verba necessária para avançar de imediato com esta obra. Para Espinho, estão apenas previstos, no PIDDAC, € 130 000, o que não é significativo para a avançar. É significativo para avançar com os estudos de impacto ambiental, com os estudos naturalmente programados, mas não para avançar, numa calendarização a curto prazo, com a obra, desde já.

Ora, é exactamente sobre isto, que eu gostaria que o Sr. Secretário de Estado nos dissesse qual é a calendarização da obra, para além, naturalmente, do estudo de impacto ambiental que tem de ser feito.

A nossa preocupação sobre isto é tal que fomos os primeiros a propor, na Assembleia Municipal de Espinho, uma situação desta natureza, para além de outros que o propuseram — não digo isto como uma bandeira política, mas apenas para deixar dito qual é a nossa posição sobre esta matéria.

Gostaria de referir que este estudo de impacto ambiental e esta obra têm de ter em linha de conta as comunidades piscatórias, quer a sul quer a norte do possível túnel que se vai fazer para rebaixar a linha férrea, para que não fiquem prejudicadas, e a requalificação ambiental tem de traduzir-se depois, na envolvente da própria linha, em espaços verdes de fruição natural para aquela população.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para solicitar esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Cambra.

O Sr. Manuel Cambra (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, correndo o risco

de me repetir em algumas afirmações que temos feito, aquando de visitas de V. Ex.^a a esta Casa, quero lembrar-lhe o seguinte: falámos aqui no rebaixamento da linha férrea do norte, no troço de Espinho e não só — há pouco, V. Ex.^a citou aqui 40 situações que necessitam de intervenção.

Sr. Secretário de Estado, volto a falar-lhe no Vale do Vouga, em especial de Oliveira de Azeméis a Espinho. Estas populações, designadamente as mais carenciadas dos concelhos envolventes, em particular a norte do distrito, merecem também especial cuidado da vossa parte, pela falta que faz a Linha do Vale do Vouga, o funcionamento do metro de superfície, ou outro projecto que se entenda, mas que seja uma realidade.

V. Ex.^a já manifestou o interesse por parte do Governo, através do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, a realização de um estudo, que é, aliás, a continuação de estudos já feitos — já se fizeram dois estudos e inquéritos — quanto ao aproveitamento desse troço de caminho-de-ferro e também à ligação ou *interface* (não sei qual é o termo técnico correcto) do Vale do Vouga com a Linha do Norte.

Se V. Ex.^a assim o entender, gostaria que nos informasse da situação, visto ser uma preocupação das populações de toda aquela região, onde existe, como sabe, algumas pequenas e médias empresas, cujos trabalhadores utilizam o transporte mais económico, porque as coisas são cada vez mais caras. Esta gente fantástica e trabalhadora bem merece de todos nós, de todos os partidos e, em particular, do Governo, uma atenção especial.

Gostaria de poder transmitir a quem de direito, se V. Ex.^a assim o entender, que o Sr. Ministro vê com bons olhos este empreendimento, que satisfará uma ambição e um desejo de longa data, e estou convicto de que, desta vez, vai ter uma solução possível e ideal.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. **Secretário de Estado dos Transportes:** — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Luís Montenegro, as questões ambientais foram já convenientemente resolvidas.

É um facto que houve um período em que, nas nossas empresas, principalmente nas mais ligadas aos aspectos de infra-estrutura, como sejam a REFER e o Metropolitano, as questões ambientais não eram tratadas com a profundidade e, sobretudo, a desenvoltura necessárias. Julgo que, neste momento, estamos numa nova situação, em que essas questões ambientais estão a ser interiorizadas e dominadas.

A Sr.^a Deputada Rosa Maria Albernaz lança-me o desafio da calendarização do arranque imediato da obra. Julgo que já respondi a isto, dizendo que não haverá, com certeza, o lançamento imediato da obra, porque, primeiro, vamos resolver os aspectos resultantes de algumas diferenças de opinião quanto ao protocolo entre a Câmara Municipal de Espinho e a REFER, pois isto é extremamente importante. Além disto, iremos integrá-lo no planeamento das intervenções programadas para a Linha do Norte.

No entanto, quero chamar a atenção para um facto que me aponta a REFER: não é aconselhável ter, neste mo-

mento, na Linha do Norte, mais do que duas frentes de obra, porque implicam fortes restrições à exploração dos comboios. Ora, temos de manter um serviço de uma qualidade mínima durante as intervenções que irão até 2006.

Mas com certeza que, resolvidos estes diferendos que aponte, iremos calendarizar a obra e realizá-la, porque reconhecemos que tem a maior importância.

Penso que já respondi ao Sr. Deputado Rodeia Machado com as respostas que dei aos outros Srs. Deputados. No entanto, quero esclarecê-lo de que estão previstos 3,5 milhões de euros no PIDDAC para 2003.

Sr. Deputado Manuel Cambra, apesar das preocupações que referiu não estarem no âmbito desta pergunta registadas — aliás, já tinha registado, anteriormente — e mantenho, com certeza, a resposta que lhe dei na altura.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos passar à pergunta seguinte, que é relativa à incidência sobre os créditos das empresas e empresários portugueses, do Acordo recentemente celebrado entre o Estado português e o Estado angolano, que será respondida pelo Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Neto.

O Sr. **Jorge Neto** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, na semana passada, foi tornado público um protocolo outorgado entre a República Portuguesa e a República de Angola, que definiu o novo quadro de regularização das dívidas de Angola a entidades portuguesas, que não se confinam e circunscrevem exclusivamente ao Estado mas que abarcam também entidades financeiras e empresas privadas não financeiras.

É bom recordar que este protocolo prevê condições definitivas para o Estado, para a chamada «dívida bilateral», com um pagamento inicial, imediato, de 27%, decorrido um período de carência de 5 anos, e do remanescente, 73%, em 30 anos, mas, no tocante às empresas financeiras e às empresas privadas, as condições são diversas, são condições opcionais, desde logo porque se permite, por um lado, como hipótese possível de solução negocial da dívida, o pagamento de 35% a pronto com o perdão dos demais 65%, ou, em alternativa, na hipótese das empresas financeiras ou das empresas privadas não acordarem nesses precisos termos, admite-se a possibilidade, expressa no protocolo, de uma negociação que passe, designadamente, por uma permuta dos créditos por activos financeiros e industriais da República de Angola.

Trata-se, aliás, de uma medida inovadora que importa e apraz registar, particularmente pela flexibilidade que confere aos credores portugueses — empresas financeiras e empresas privadas — no sentido de verem ressarcidos os seus créditos por uma via alternativa que não passe necessariamente pelo perdão da dívida. Isto é tanto mais importante quanto esta era uma situação que primava pelo bloqueio e pelo impasse desde 1998, data em que foram suspensos os embarques de petróleo que constituíam o *modus operandi* da resolução da dívida de Angola a Portugal desde 1988. Portanto, este é um passo de gigante no sentido da regularização desta situação e da criação de um quadro favorável à retoma das relações comerciais e

institucionais entre Portugal e a República de Angola. A questão nodal, fulcral, basilar que aqui se coloca é esta.

A minha pergunta resume-se a saber se este é ou não um instrumento fundamental para a normalização das relações entre Portugal e Angola, para a retoma das relações comerciais entre Angola e as empresas portuguesas e se este Protocolo constitui ou não *de per si* o advento de uma nova era de cooperação entre Portugal e a República de Angola.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças.

O Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças (Miguel Frasquilho): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jorge Neto, estamos, de facto, em presença de um momento que eu diria histórico para as relações entre os dois países. Este é um problema que se arrastava há muitos anos, sem solução, e que, agora, vê uma luz muito clara ao fundo do túnel para que possa ser resolvido a contento de todas as partes.

Portanto, diria que este é um novo ponto de partida e constitui um garante de que as relações entre os dois países vão, de facto, melhorar e intensificar-se, quer ao nível institucional, quer ao nível comercial, quer ao nível cultural. Penso que, agora, estão reunidas todas as condições para que as relações entre Portugal e Angola possam ser melhoradas — e bastante, aliás, como reconhecem os responsáveis políticos de ambos os países, nomeadamente o Sr. Primeiro-Ministro português e o Sr. Presidente da República de Angola.

Este acordo constitui a resolução de um problema, o que é vantajoso para o Governo português e para as partes portuguesas e revela alguma boa vontade de ambas as partes, nomeadamente da parte angolana, porque é sabido que, em condições mais gerais e noutras esferas, o acordo poderia não ter sido tão favorável para Portugal como é, quer em termos de dívida directa, Estado a Estado, quer para o sector financeiro, quer para o sector empresarial.

Neste quadro, pensamos, de facto, como disse o Sr. Deputado, e muito bem, que foi dado um passo de gigante para que não haja qualquer entrave nos tempos que se seguem e para que as relações entre os dois países, que datam de há tanto tempo, possam ser intensificadas e normalizadas como deve acontecer entre dois Estados amigos e que têm uma longa tradição comum.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para formular uma pergunta de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, no momento em que, nesta Assembleia, se trata da ajuda humanitária a Angola, sob o patrocínio do Sr. Presidente da Assembleia da República — e foi na passada sexta-feira que aqui fizemos um debate sobre a matéria —, é, no mínimo, curioso que, sabendo todos quais são as dificuldades do povo angolano, V. Ex.^a venha regozijar-se por ter encontrado uma solução para o pagamento da dívida de Angola a Portugal. Em nosso entender, o que seria correcto seria a anulação da dívida

para que a situação pudesse evoluir de forma diferente em Angola.

O apoio que Portugal tem dado a Angola é manifestamente insuficiente, o que, aliás, ficou bem patente na discussão que aqui fizemos. Assim, como disse, é, no mínimo, curioso que, hoje, esta questão esteja em debate na Assembleia da República e que Portugal não alivie o sofrimento do povo angolano, aligeirando a situação da dívida e não comprometendo o futuro.

É, ainda, curioso que, neste momento, se refira que Portugal, que goza de algumas vantagens em Angola, nomeadamente no Bloco 14, queira agora vender a sua posição no Bloco 14 a troco de alguns de postos de distribuição de gasolina no continente europeu.

Portanto, gostaria que o Sr. Secretário de Estado nos explicasse qual é a posição do Governo quanto à venda do Bloco 14 em Angola, o qual, mantendo-se, poderia contribuir para a manutenção da situação dos combustíveis em Portugal, enquanto, hoje, o Governo vem, por um lado, tratar de cobrar a dívida a Angola e, por outro lado, quer vender o que, para o futuro, pode ser o garante da manutenção dos combustíveis para Portugal.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Ramalho.

O Sr. Vítor Ramalho (PS): — Sr.^a Presidente, nós, Partido Socialista, entendemos a cooperação numa lógica de entajuda entre Estados. Quando se trata de Estados irmãos, entendemos acrescidamente essa cooperação num reforço do desenvolvimento económico de ambos os Estados. Ora, ao ouvir falar o Sr. Secretário de Estado, dá-ma a sensação de que não tenho conhecimento do protocolo que ele tem.

Vou explicar-me: no tempo em que o Professor Cavaco Silva era primeiro-ministro foi outorgado com Angola um acordo, segundo o qual a regularização da dívida passava pelo fornecimento de petróleo a Portugal e pela conversão dos créditos das empresas em activos. Esse acordo está em vigor — que eu saiba, não foi revogado.

O que se passa aqui — e é desrespeitoso para com o Estado angolano — é uma engenharia financeira pura e simples: o Estado português, estranhamente, acautela os seus interesses e diz que «não dou perdão a ninguém; paguem-me o que me devem, 35% a pronto, 65% a prestações, com uma taxa de juro de 1,75%». Às empresas, que não tem legitimidade nenhuma para representar, o Estado diz que «como são empresas, recebam 35% e o Estado vai diligenciar para que sejam pagos os restantes 65%». Isto é o que diz o acordo.

Mais grave: quem paga? O Estado português!

É que é a banca nacionalizada que vai suportar o pagamento dessa dívida, Sr. Secretário de Estado! Se ler a linha *h)* do n.º 4 do Protocolo, verificará que é exactamente isso que é dito. Trata-se, pois, de uma transferência de um crédito do Estado para a banca nacionalizada, e ponto final. Esta é a realidade e quem paga somos nós.

Que o Estado angolano mereça essa situação, tudo bem, mas que o Sr. Secretário de Estado venha dizer que isto é

«um passo de gigante», só se for para trás, pois de certeza absoluta não é para a frente.

Esta regularização tem em vista apenas a atenuação de parte da dívida pública do Estado e também do défice, ao contrário do que é dito. É porque, como sabe — e sabe bem!... —, como envolve juros não perdoados, se o primeiro pagamento for feito à cabeça e compreender apenas os juros, a dívida do Estado português é atenuada em 17%, o que não é brinquedo. Esta é que é a realidade!!

Gostaria, pois, que o Sr. Secretário de Estado respondesse a estas duas questões.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, o Governo veio aqui para ser felicitado pelas bancadas da maioria por este acordo mas, apesar disso, deve algumas explicações ao Parlamento, em particular sobre duas matérias para além das que já foram suscitadas em intervenções ainda agora ouvidas.

Quando nos anuncia que os créditos das empresas podem ser trocados por activos na economia angolana, o que está a dizer-nos é que, dessa forma, estas empresas teriam uma *pole position* para as privatizações em Angola.

Assim, gostava de saber o que é que o Governo pretende com isto. De que está à espera? Que posições estratégicas quer obter ou espera que as empresas portuguesas obtenham no contexto de privatizações em Angola que nos vem pré-anunciar?

Em segundo lugar, a respeito do financiamento deste pagamento, entendemos que há aqui uma matéria que importa sublinhar. É que havia uma necessidade óbvia do Ministério das Finanças, em função dos compromissos relacionados com o *deficit*, de contabilizar receitas este ano, e fá-lo transferindo do Estado angolano para a banca portuguesa o ónus do pagamento de uma parte desta dívida.

Ora, a este respeito, importa saber que garantias foram dadas à banca para esta operação. A resposta a esta questão diz muito sobre a relação entre o Estado português e o Estado angolano e sobre a seriedade desta negociação.

É sobre isso que queria ouvir as suas respostas.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para solicitar esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Rebelo.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, antes de mais, quero felicitar o Governo pelo acordo a que chegou com Angola.

Aliás, quando se fala do acordo que resolveu um conjunto de dívidas, parte das quais a empresas privadas, parece-me extraordinário que se venha dizer que o mesmo equivale a dar um passo atrás. Penso que é extraordinário e, de facto, não entendo que se critique um acordo que vem resolver os problemas que já referi. Enfim, é um ponto de vista que temos de respeitar, mas que é dificilmente sustentável.

Em segundo lugar, gostaria de realçar que a cooperação se mantém. Estamos a pedir ao Governo angolano a resolução de dívidas que tem, nomeadamente para com o Estado português, e diz-se que tal pode prejudicar a coo-

peração, mas esta mantém-se a vários níveis, nomeadamente a nível da ajuda humanitária. Embora concorde que talvez não seja suficiente, muito tem sido feito nesse domínio da ajuda humanitária, quer pelo Estado quer, sobretudo, por associações humanitárias privadas e, ainda, pela Igreja Católica.

É importante realçar o que tem sido feito e não autocriticarmo-nos por não termos feito o suficiente. Temos feito muito, embora não o suficiente!

O Sr. Secretário de Estado falou sobre o acordo e gostaria que quantificasse a dívida existente em relação às empresas privadas e que pormenorizasse como vai ser feito o pagamento da segunda parte da dívida, uma vez que 35% vai ser pago imediatamente mas, depois, há a questão do pagamento faseado do restante.

Reafirmo que este é um bom acordo para Angola, para Portugal e para as empresas portuguesas, que vai permitir que renasça a confiança entre Angola e empresas privadas portuguesas que estavam com problemas em Angola. Portanto, trata-se de um acordo positivo. Não é o ideal, mas nunca nada é ideal na vida, portanto, apesar de tudo, temos de felicitar o Governo por este acordo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças.

O Sr. **Secretário de Estado do Tesouro e Finanças:** — Sr.^a Presidente, vou responder às questões pela ordem por que me foram colocadas, começando pelo Sr. Deputado Rodeia Machado.

É evidente que o Governo está plenamente consciente das dificuldades que o povo angolano tem. E sei que, na semana passada, houve um debate sobre a ajuda humanitária a Angola, aqui, na Assembleia da República. Mas os Srs. Deputados têm de compreender que uma coisa é ajuda humanitária e outra a questão da dívida de Angola. E, de facto, espanta-me que o Sr. Deputado Rodeia Machado queira, utilizando uma expressão que todos compreenderão, «ser mais papista do que o Papa» e ter, neste caso, condições que o próprio Governo de Angola não exigiu minimamente. Aliás, como sabe, um acordo é sempre o resultado de uma negociação que é levada a bom termo entre duas partes, pelo que só é atingido um acordo quando as partes concordam entre si. Além de tudo o mais, gostaria que, nesse caso, pudesse explicar aos empresários portugueses como é que se poderia dar um perdão total em relação à dívida que Angola tem para com quer o sector financeiro quer o sector não financeiro — gostaria que tivesse uma resposta para essa questão.

Para além de tudo o mais, como sabe, foram feitos acordos com a Rússia e com o Brasil, pelo que Portugal teria de fazer, por todas as razões — enfim, tem ligações históricas muito mais fortes (nem há qualquer tipo de comparação) do que esses dois Estados —, esforços adicionais para resolver uma situação que se arrastava já há muitos anos sem solução. Portanto, torno a referi-lo, penso que foi dado um passo de gigante.

O Sr. Deputado, depois, reconhece a entreaajuda entre os Estados. O Estado, de facto, acautela os seus interesses, mas também acautela os interesses das empresas, quer

das empresas financeiras quer das empresas não financeiras. E isto porque, para além de existir um acordo para o recebimento de 35% do montante em dívida (de um perdão implícito de 65%), para quem não quiser aceitar estas condições, é referido explicitamente que há a possibilidade de troca de dívida por activos fixos e/ou participações financeiras em Angola. Portanto, há uma grande abrangência que deixa, de facto, a porta aberta a que a dívida seja paga de acordo com as necessidades de cada ente do sector empresarial.

Não sei onde é que o Sr. Deputado foi buscar a informação de que seria a banca nacionalizada... É que do que se fala (e está escrito) no Protocolo é de um consórcio bancário e não de banca nacionalizada. Se calhar, é possível que a banca nacionalizada lá esteja, mas não me parece que seja só a banca nacionalizada e, provavelmente, não será, na maior parte, a banca nacionalizada.

A nosso ver, esta é uma boa solução e o Governo de Angola também acha que é uma boa solução. Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que é uma solução que só agora foi conseguida. O governo anterior teve muito tempo para tentar resolver, mas não conseguiu, uma situação que se arrasta há muitos anos.

Quanto ao reflexo que o pagamento desta dívida pode ter no problema do défice e das contas públicas em Portugal, este ano, Sr. Deputado, nós sabemos perfeitamente que só pelo pagamento de juros, só por essa via, é que poderá, eventualmente (pois ainda não foram dados passos nesse sentido), ser reduzido o défice, porque, como o Sr. Deputado sabe, trata-se de uma dívida que já está registada no balanço do Estado.

O Sr. Vítor Ramalho (PS): — Por isso é que não perdoaram os juros!

O Orador: — Portanto, havendo a possibilidade de pagar capital ou juros, é óbvio que, se pagar capital, sai de crédito e entra em disponibilidade, sendo apenas uma troca e não tendo qualquer efeito.

E o Sr. Deputado também sabe (e houve grande compreensão de Angola em relação a esta questão) que a situação das contas públicas, em Portugal, não nos permitia agir de outra forma. Agora, o que não está garantido é que o pagamento de juros seja feito, muito menos que tenha o tal impacto de 17% de que o Sr. Deputado fala.

Relativamente a outro aspecto de que o Sr. Deputado falou, de os créditos das empresas poderem ser trocados por activos na economia angolana, isso acontecerá para as empresas que não aceitarem os termos em que o Protocolo foi definido, de um recebimento de 35% e um perdão de 65%, e obviamente será deixado a ambas as partes, às empresas nacionais e ao Estado angolano, aos entes angolanos, um entendimento quanto aos sectores em que essas posições esuráticas ou não (isso depende das empresas) serão assumidas. Portanto, não me parece que haja um papel absolutamente fundamental do Governo português nesta matéria. Pode evidentemente ajudar, se para tal for solicitado, mas caberá às partes em questão entenderem-se sobre as posições e os activos que poderão ser trocados para abater na dívida, sendo certo que cada empresa tem a possibilidade, se não quiser estar dentro dos termos do Protocolo, de negociar directamente com o Governo angolano.

Quanto ao facto de ir ser formado um consórcio bancário, percebo a preocupação do Sr. Deputado, porque, de facto, se essa dívida fosse garantida pelo Estado português, não se trataria da melhor solução. Mas não há a mínima intenção por parte do Governo de proceder dessa forma. Estão a ser dados, agora, os passos que permitam que essas garantias sejam, de facto, encontradas, mas não há da parte do Governo português qualquer intenção de que essa dívida seja garantida pelo Estado português. É o que lhe posso responder quanto a esta questão.

Relativamente à questão do quadro em que esta dívida é negociada, devo referir (não posso deixar de dizê-lo) que Angola teve um comportamento que foi criticado pelo Fundo Monetário Internacional. E a prova de que este é um acordo bom para as partes envolvidas, para o Governo e para os entes empresariais, é que, se tivesse sido obtido no seio do Fundo Monetário Internacional e, mais, no seio do Clube de Paris, Angola teria imediatamente garantido, à partida, um perdão de 70% da dívida, que, como os Srs. Deputados sabem, não é o que acontece neste caso, em que foi obtido um acordo bom para os privados (e porque, como os Srs. Deputados hão-de compreender, teria sido difícil ouvir todos os privados envolvidos, mantivemos conversações com associações, representantes, etc.) e um acordo bom para o Estado. E manifesta-se também a boa vontade de Angola porque, se o assunto tivesse sido resolvido noutro palco, os angolanos teriam tido condições mais favoráveis.

Prova-se, assim, que ambas as partes estavam empenhadas em obter um acordo que pode levar a que as relações entre os dois Estados, como é nosso entendimento e como para tal estamos empenhados, sejam intensificadas, para bem de todos.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos passar...

O Sr. Vítor Ramalho (PS): — Sr.^a Presidente, dá-me licença que faça um pedido de esclarecimento muito rápido ao Sr. Secretário de Estado, aproveitando a sua presença aqui?

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, vamos fazer de conta que ninguém nos ouve e faça uma interpelação à Mesa.

O Sr. Vítor Ramalho (PS): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr.^a Presidente, queria só saber quais são os bancos portugueses envolvidos nesta operação, uma vez que se referiu que não é a banca nacionalizada, e quando é que Angola remete os 35% para pagamento.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, para uma interpelação nos mesmos termos.

O Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças: — Sr.^a Presidente, o consórcio bancário está a ser formado nesta altura, pelo que ainda não poderei indicar ao Sr. Deputado os nomes das instituições de crédito nele incluídas, mas tem o Sr. Deputado a garantia de que não será só, nem na maior parte, a banca nacionalizada.

Quanto à altura em que Angola fará a regularização dos 35%, isso acontecerá logo que possível, mas essa é uma questão que também está a ser trabalhada com o Governo angolano. Isto é o ponto de partida. Vamos trabalhar para, no mais breve espaço de tempo, termos a melhor solução.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos passar à pergunta seguinte, acerca da aplicação da Resolução da Assembleia da República n.º 53/2002, de 11 de Julho, sobre o código de conduta e boas práticas para a instalação de equipamentos que criam campos electromagnéticos, que será formulada pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», e respondida pela Sr.^a Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia.

Para formular a pergunta inicial, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: No passado dia 3 de Agosto, foi publicada a Resolução da Assembleia da República n.º 53/2002, de 11 de Julho, que prevê a criação de um código de conduta e boas práticas para a instalação de equipamentos que criam campos electromagnéticos. Esta resolução foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia e contém um conjunto de recomendações ao Governo e de orientações relativamente a medidas necessárias a tomar no que toca a campos electromagnéticos.

O certo é que, nos últimos anos, tem-se generalizado e intensificado a utilização de equipamentos eléctricos e electrónicos e a instalação de estruturas que criam campos electromagnéticos, estando, hoje, todas as pessoas sujeitas às ondas e radiações geradas por esses equipamentos e por essas instalações.

Em Portugal, existem perto de 10 000 antenas de telemóveis registadas pela Autoridade Nacional de Comunicações, mas prevê-se até que sejam mais, uma vez que muitas são instaladas sem a devida autorização e o devido licenciamento.

Por outro lado, o benefício económico resultante da instalação dos equipamentos em determinados espaços tem levado à sua proliferação indiscriminada e, muitas vezes, em locais indevidos. E digo locais indevidos porque diversos estudos realizados têm concluído que a exposição regular a campos electromagnéticos tem efeitos sobre a saúde humana, ao nível depressivo, cardíaco, de defesa imunitária, de riscos de infertilidade e riscos acrescidos de desenvolvimento de processos cancerígenos, tendo-se as crianças como um dos mais frágeis grupos de risco.

Ora, sabendo-se disto, em Portugal, têm-se generalizado as antenas de telemóveis instaladas junto, por exemplo, a estabelecimentos de ensino, o que se torna perfeitamente incompreensível.

É fundamental, neste âmbito, a aplicação do princípio da precaução. E, nesse sentido, vão diversas recomendações produzidas pela Organização Mundial de Saúde e pelo Parlamento Europeu, com o objectivo da redução de riscos e salvaguarda da saúde pública.

Ter em conta a seriação de locais escolhidos para a instalação destes equipamentos e respeitar distâncias mínimas de segurança, em relação quer a habitações quer a escolas quer a locais de trabalho, é uma medida fundamental. Como fundamental é intervir sobre o que já está feito,

e mal feito, corrigindo, portanto, situações existentes, que ameaçam, actualmente, a saúde pública.

É tendo tudo isto em conta, Sr.^a Secretária de Estado, é tendo em conta que a definição de regras de instalação destes equipamentos pode minimizar grandemente as ameaças à saúde humana, que pergunto o que foi feito pelo Governo para cumprir a Resolução da Assembleia da República n.º 53/2002, de 11 de Julho, tendo até em conta que ela estabelece um prazo de um ano e que, entretanto, já passaram cinco meses.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia.

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia** (Dulce Franco): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, tenho muito gosto em responder à pergunta que coloca, não só porque o tema tem interesse mas porque também tem muito interesse conhecer o avanço decisivo que o Governo já determinou sobre esta matéria.

Como muito bem recorda, a Assembleia da República entendeu por bem fazer ao Governo um conjunto de recomendações nesta matéria e fixou, nessa recomendação, o prazo de um ano para que as medidas necessárias fossem adoptadas.

Tenho, portanto, o gosto de dizer-lhe que mais do que o que diz o código de boas práticas, o Governo, em Conselho de Ministros, do dia 13 de Novembro, aprovou um diploma, que segue actualmente a sua tramitação para promulgação e que regulamenta precisamente os aspectos vertidos nesta recomendação, os quais a todos interessam, porque versam o bem-estar e a saúde das populações.

Suponho que seja da sua satisfação conhecer esta iniciativa governativa, que corresponde à recomendação feita pela Assembleia da República. E recordo que o decreto-lei actualmente em vigor, Decreto-Lei n.º 151-A/2000, ostenta duas grandes omissões, as quais estão na origem desses factores de perturbação que a Sr.^a Deputada indicou e que são fundamentalmente as seguintes: não havia regulamentação adequada para o procedimento da autorização municipal da instalação de infra-estruturas de suporte às estações de rádio, comunicações e acessórios; como também não havia (e, aqui sim, muito gravemente) regulamentação acerca dos níveis de referência aceitáveis, níveis de referência da exposição a campos electromagnéticos aceitáveis — aceitáveis de acordo com os estudos científicos mais avançados e aceitáveis no sentido de serem considerados inofensivos para as populações. Esses níveis de referência não estavam regulamentados. Ou seja, o ordenamento jurídico português não continha (e, até agora, é assim, visto que o decreto-lei da iniciativa do Governo e aprovado em Conselho de Ministros ainda não está promulgado) estes níveis de referência. Portanto, o que funciona, de facto, é uma recomendação do Conselho europeu, de 1999, que prevê um conjunto de níveis de referência. Mas o ordenamento jurídico português não a tinha acolhido em regulamentação própria, o que agora este diploma vai fazer. E vai fazê-lo de uma maneira, diria, bastante prudente e sensata. Porque, ao estabelecer a

obrigatoriedade da fixação destes níveis de referência aceitáveis para a saúde das populações, remete para portaria conjunta dos Ministros da Economia, das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e da Saúde a fixação dos níveis de referência considerados como suficientemente prudentes para salvaguardar a saúde das populações. E isto porquê? Porque, à medida que o avanço do conhecimento e o progresso da Ciência o permitir, é possível (sem que seja necessariamente assim) que venham a ser determinados padrões de exigência mais rigorosos do que aqueles que são actualmente conhecidos.

Portanto, este diploma que o Governo já aprovou...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr.^a Secretária de Estado, o tempo de que dispunha esgotou-se, peço-lhe que conclua. No final, dispõe de mais 10 minutos.

A **Oradora**: — Concluo já, Sr.^a Presidente.

O Governo aprovou este diploma que, desde logo, colmata duas grandes lacunas que poderiam ser graves, não fosse a acção sensata que tem sido exercida pela entidade fiscalizadora, mas que, naturalmente, não substitui uma regulamentação legal adequada.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para solicitar pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, relativamente à resposta que me deu, gostava de pedir mais alguns esclarecimentos e que precisasse determinadas expressões que utilizou.

Em relação ao decreto-lei (ainda não publicado), gostaria de manifestar, desde já, a preocupação de que a publicação de posteriores portarias se arraste de tal forma que nunca chegue a fazer-se, tal como acontece, muitas vezes, quando os decretos-leis orientam a regulamentação do que estipulam para posteriores portarias. E o que é que a Sr.^a Secretária de Estado entende como níveis de referência «prudentes, sensatos e aceitáveis»? Gostava que esclarecesse o significado dessas três expressões que utilizou em termos de medidas concretas referidas no diploma do Governo.

Por outro lado, a Resolução da Assembleia da República n.º 53/2002, de 11 de Julho, para além do código de conduta e boas práticas, estabelece algumas medidas concretas que, por certo, o Governo já deverá estar a efectuar — como seja, por exemplo, o levantamento da instalação destes equipamentos. Esta questão foi, aliás, objecto de requerimento formulado por vários Deputados desta Assembleia, inclusive pelo Grupo Parlamentar de Os Verdes, e não obteve resposta por parte do Governo.

Também em relação à realização de estudos epidemiológicos, no sentido de aferir a relação entre estes equipamentos e o surgimento de certas patologias, pergunto se eles foram ou não feitos, se estão ou não programados.

E a correcção das situações actualmente existentes está ou não a ser efectuada? Lembro, por exemplo, que o Governo, por via do Sr. Ministro da Educação, prometeu publicamente que iriam ser retiradas todas as antenas de

telemóveis que se situam, de uma forma escandalosa, junto às escolas. Por que é que isso não foi feito até à data?

Sr.^a Secretária de Estado, gostava que me respondesse a estas questões, tendo em conta que já foram colocadas antenas posteriormente à saída desta resolução, violando todos os princípios nela contidos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bessa Guerra.

O Sr. **Bessa Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, foi através da Resolução n.º 53/2002, de 11 de Julho, que a Assembleia da República recomendou ao Governo (e fê-lo em estreita ligação com os municípios) a aplicação de um código de conduta e boas práticas relativamente à instalação de equipamentos geradores de campos electromagnéticos. E, a esse propósito, a Sr.^a Secretária de Estado referiu um ponto que me merece uma referência especial, que é o facto de o diploma do Governo dar resposta ao vazio legislativo no que concerne aos municípios.

Ou seja, de nada serve estarmos aqui a falar em níveis de referência se, depois, na prática e na ligação ao terreno, os municípios não dispõem de meios sob o ponto de vista da autorização. E, nesse campo, os municípios devem ter, de certa forma, uma uniformização de actuação no que concerne ao licenciamento deste tipo de infra-estruturas.

Sem dúvida que, relativamente aos níveis de referência, há que ter em consideração a transposição de uma directiva de 1999, na qual, relativamente às radiações não ionizantes, a União Europeia recomenda que, enquanto não há estudos que melhor determinem outros níveis de referência, cada Estado-membro promova acções no sentido de assegurar uma melhor protecção à saúde das populações através desses níveis de referência.

No entanto, com o objectivo de garantir a segurança e a confiança das populações, parece-me pertinente, Sr.^a Secretária de Estado, questionar o que se passa concretamente no terreno, porque penso que não devemos partir para a situação de retirar por retirar...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se, conclua por favor.

O **Orador**: — Concluo já, Sr.^a Presidente.

A nossa preocupação é a garantia da saúde das populações, por isso pergunto: tendo em conta o ICP-ANACOM como entidade reguladora, o que foi feito concretamente, no terreno, até este momento, no sentido de dar mais confiança às populações no que respeita às radiações não ionizantes, produzidas pelas instalações de radiocomunicações?

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para solicitar esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Santos.

A Sr.^a **Maria Santos** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, gostaria de clarificar aspectos funda-

mentais relativos às medidas concretas para minimizar os potenciais impactos negativos das radiações emitidas pelas antenas de telemóveis e a desactivação de antenas que não estejam em conformidade com a necessidade de protecção da saúde pública.

Gostaria de saber se já existe uma cartografia actualizada e credível desses equipamentos — instalações de base das redes de telemóveis — espalhados pelo território nacional, uma vez que, como a Sr.^a Secretária de Estado sabe, há estatísticas da entidade reguladora que não são consentâneas com os dados recolhidos junto de algumas autarquias locais e, portanto, há uma discrepância numérica que importaria ver esclarecida — informação que solicito.

Por outro lado, queria saber se já foi feito, por parte do Governo, algum inventário relativamente aos edifícios públicos onde estão instaladas antenas de telemóveis, bem como se já foram retiradas de algumas escolas portuguesas — como, aliás, ficou anteriormente decidido — e de outros locais públicos de grande vulnerabilidade?

Pergunto ainda que medidas já foram tomadas por este Governo relativamente à questão da partilha de antenas entre operadores. Este é um princípio fundamental e, até do ponto de vista da gestão, é mais eficiente porque sustém, por um lado, a proliferação de antenas e, por outro lado, reduz custos, permitindo mesmo operacionalidade.

Sobre enquadramento paisagístico: como sabe, no Norte da Europa, nomeadamente na Noruega e na Suécia, foram feitas algumas experiências interessantes relativamente ao tipo de antenas instaladas com vista à sua melhor integração na paisagem. Ora, pergunto se o Governo está a pensar adoptar um procedimento idêntico porque, normalmente, este tipo de iniciativas exigirá o estabelecimento de novas normas, a sua discussão com os operadores e a estabilização mesmas. Portanto, que medidas pensa o Governo adoptar em relação a esta matéria?

Quanto à uniformização de critérios para as autarquias locais na atribuição do licenciamento das antenas de telemóveis, como sabe, tal é extremamente complicado do ponto de vista técnico, pelo que é necessário que as câmaras municipais disponham de meios técnicos para poderem licenciar com base numa informação especializada e adequada, até porque a incerteza científica relativamente ao impacto das radiações é relevante. Gostaria, pois, de saber se vão ser adoptados alguns manuais de apoio, formação, etc.

Também quanto à fiscalidade e à definição de taxas para o licenciamento municipal, pergunto se já foram adoptados impostos uniformizados, se vão custar todas o mesmo, uma vez que as câmaras municipais têm de licenciar a instalação de antenas.

Finalmente, em relação aos consumidores, pergunto se o Governo vai tomar algumas medidas, nomeadamente recomendações ao consumidor, para uma utilização moderada de telemóveis.

O Sr. **Joel Hasse Ferreira** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada **Lúisa Mesquita**.

A Sr.^a **Lúisa Mesquita** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, a questão que quero colocar-lhe situa-se entre aquele que é o texto que a Assembleia da República ainda não conhece — o decreto-lei — e o texto da resolução que aqui foi aprovado, na Assembleia da República, em Agosto de 2002. Este texto é muito claro e é, até, quase uma excepção ao que costumam ser os projectos de resolução desta Casa — é claro, sensato e, simultaneamente, exigente.

O texto começa por afirmar a necessidade de um código de conduta e boas práticas, definindo depois um conjunto de regras fundamentais. Seria, pois, importante que a Sr.^a Secretária de Estado deixasse aqui claro se o decreto-lei aprovado em Conselho de Ministro responde a estas regras e a estes apelos, designadamente:

«Vinculem os diferentes parceiros envolvidos» — o decreto-lei responde a esta questão?

«Visem a salvaguarda da saúde humana» — o decreto-lei responde a esta questão?

«Obriguem que a instalação de redes para linhas de alta e de média tensão seja submetida a processo prévio de avaliação de impacte ambiental» — o decreto-lei responde a esta questão?

«Estabeleçam as distâncias mínimas de segurança e as áreas a interditar, em função das fontes geradoras» — o decreto-lei também responde a esta questão?

«Estabeleçam a partilha de antenas entre os diferentes operadores» — esta questão também é respondida?

«Determinem que seja assegurada a informação prévia aos cidadãos directamente interessados, aquando da instalação das respectivas antenas; determinem a fiscalização e avaliação periódica de redes e antenas (...); que providencie informação atempada — o decreto-lei responde a todas estas questões?

E, ainda, que sejam efectuados estudos que permitam não só a articulação com as instâncias europeias, com a Organização Mundial de Saúde particularmente, como, também, o esclarecimento de patologias que, de algum modo, têm vindo a público, mas sem estudos científicos suficientemente sustentadores, bem como que se assegure que a entrada em vigor deste código não vai impedir que sejam tomadas medidas rápidas e, de algum modo, consentâneas com a realidade existente, nomeadamente o levantamento das situações existentes e das medidas que operacionalizem a defesa da saúde pública.

A questão de fundo é saber se o decreto-lei que a Assembleia da República não conhece responde a todas estas questões, ou se todas elas estão remetidas para portaria (para além dos níveis de referência), o que é extremamente preocupante, porque a ser assim nada será resolvido.

Sr.^a Secretária de Estado, a ausência de resposta, por parte dos diversos ministérios das diferentes tutelas, aos requerimentos formulados por Deputados de diversas bancadas, no que tem que ver com os Ministérios da Economia, da Educação e da Saúde, relativamente às antenas existentes em espaços escolares, em hospitais e em centros de saúde, com contrapartidas financeiras, leva, de algum modo, a considerar que o decreto-lei não é a resposta necessária e suficiente. Caso contrário, as respostas aos requerimentos teriam aparecido no sentido de informar os Deputados que questionam o Governo de que o decreto-

-lei atenderia a todas estas preocupações e que todas elas estariam salvaguardadas.

Vozes do PCP e de Os Verdes: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder aos pedidos de esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia.

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia:** — Sr.^a Presidente, começava por responder à Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, dizendo-lhe que — e não me leve a mal — considero todo este processo «bastante extraordinário»...

É porque a Assembleia da República, em Julho deste ano, aprovou uma recomendação que fixa o prazo de um ano para que o Governo adopte medidas a respeito desta matéria — matéria que, seguramente, preocupa a Assembleia da República, e muito bem, mas não preocupa menos o Governo —, passados cerca de quatro meses, o Governo vem dizer que aprovou um decreto-lei — trago uma cópia comigo e terei muito gosto em entregá-lo —...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Ainda bem!

A **Oradora:** — ... e, em vez de haver um sinal de satisfação e de apreço pelo trabalho feito, desde logo, o que há é uma precipitação de crítica, sem conhecer o conteúdo deste diploma!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Perguntar não ofende, pois não, Sr.^a Secretária de Estado?!...

A **Oradora:** — Perguntar não ofende, Sr.^a Deputada. E não estou ofendida mas, simplesmente, a dizer que não notei, no seu comentário, sinal algum de satisfação pelo trabalho que foi feito em muito menos tempo do que aquele que tinha sido fixado.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Mas como quer que me regozije com o que não conheço?!

A **Oradora:** — Sr.^a Deputada, «sensato» é o que é do senso comum aceitável como bom; «aceitável» é o que é adequado a uma determinada circunstância. Não trago comigo um dicionário... — o Sr. Deputado Francisco Louçã não está presente e fazia-nos falta para esse efeito! Em todo o caso, tenho a impressão de que estes são conceitos que, para nós, não têm mistério, pois todos sabemos o que significam «sensato e aceitável»...

Protestos do PCP.

Não se enervem, Srs. Deputados! Vamos ter uma conversa calma, com o tempo que quiserem e que me for permitido, pois estou disponível para os esclarecer.

«Sensato e aceitável» é aquilo que, de acordo... Srs. Deputados, estamos a falar de níveis de referência que são considerados aceitáveis pelos estudos científicos que actualmente existem sobre esta matéria, sem prejuízo de poderem evoluir quer num sentido quer noutro — são aceitáveis no sentido de que são considerados dentro de uma

margem que é adequada para garantir que é inofensiva às populações.

Os estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS), que, com certeza, conhece — de resto, no portal da ANACOM (e aproveito para responder a um Sr. Deputado que fez o favor de perguntar que informação é que havia disponível sobre a matéria), estão disponibilizados alguns desses estudos da OMS e de algumas universidades que a OMS aderiu —, tratam esta matéria e questionam uma relação segura causa/efeito entre a existência destes campos electromagnéticos e certas doenças que têm vindo a ser associadas à existência destes campos.

Portanto, de acordo com os estudos científicos existentes, foram fixados pelo Conselho Europeu determinados níveis de referência que, como vos disse, não estavam plasmados na legislação portuguesa e que passarão a estar.

E sossego a Sr.^a Deputada, dizendo-lhe que o único aspecto que é remetido para portaria é justamente o da fixação dos níveis de referência. Porquê? Para que no decreto-lei, sem o alterar, sendo que essa portaria deve ser publicada no prazo de 90 dias a contar da data de entrada em vigor deste novo diploma, e não mais, e sendo este o único aspecto que é remetido para essa regulamentação, não ficasse cristalizado um nível de referência que o avanço do conhecimento pode rapidamente determinar que está desactualizado.

Concretamente, foram feitos estudos a nível internacional, designadamente pela OMS, que, parece-me, é uma entidade idónea e de reputação suficiente, e, com base nesses estudos, foram fixados, a nível europeu, os níveis de referência. Nada nos obriga a que a portaria tenha de se ater a esses níveis, pode tornar-se mais exigente — isso é algo que vai ainda ser determinado. Mas fique ciente de que vão ser fixados e de que a preocupação com o bem-estar das populações e com a sua saúde não é exclusivo da Sr.^a Deputada. O Governo tem exactamente a mesma preocupação e por isso se adiantou relativamente ao prazo que tinha sido recomendado na elaboração deste diploma.

Portanto, Sr.^a Deputada, tenho a certeza de que afinal estará satisfeita com este avanço. Aliás, tenho uma cópia para lhe entregar e espero que ela responda cabalmente às suas inquietações.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Luís Marques Mendes): — Muito bem!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — E os outros aspectos contidos na resolução?!

A **Oradora:** — Sr.^a Deputada, conforme eu disse inicialmente, a resolução da Assembleia da República, que recomenda ao Governo este conjunto de medidas, versa um conjunto de aspectos que estão contidos no n.º 2, alíneas a) a g)...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Mas diga que levantamento está feito! Que estudos epidemiológicos foram feitos!

A **Oradora:** — Sr.^a Deputada, não preciso de precisar mais do que aquilo que disse inicialmente.

O decreto-lei versa os aspectos que, número um, estavam omissos na legislação portuguesa e que, número dois, eram recomendados ao Governo que fossem tratados. E o Governo, em vez de ter feito um código de boas práticas, que faz sentido existir quando as regras não são claras, não são uniformes, foi muito mais longe: regulamentou, fez, em letra de lei, um diploma que está aprovado e que está aqui sujeito a todas as apreciações e críticas que quiserem fazer.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Mas a resolução não se resume a isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Quando o analisar, vai aplaudir!

A **Oradora**: — A Sr.^a Deputada Maria Santos — e, desde já, peço desculpa se não estiver a responder pela ordem — falou em desactivar instalações. Vamos lá ver se temos uma conversa honesta...

A Sr.^a **Maria Santos** (PS): — Nas escolas!

A **Oradora**: — Nas escolas ou em qualquer outro sítio! As crianças devem ser protegidas, mas os adultos também têm de ser protegidos. As populações em geral têm de ser protegidas.

A Sr.^a **Maria Santos** (PS): — Pode clarificar o termo «honesto»?!

A **Oradora**: — Vamos ter uma conversa honesta, vamos ter uma conversa clara, vamos ter uma conversa franca. Não vamos fazer demagogia — é o que quero dizer!

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Portanto, vamos analisar esta matéria sem alarmismos inúteis e sem facilitismos, que seriam perigosos. É isso que quero dizer quando peço para termos uma conversa honesta.

A Sr.^a **Maria Santos** (PS): — Não pode dizer isso! Não tem os estudos epidemiológicos!

A **Oradora**: — Temos presente o melindre da situação, temos presente a delicadeza dos valores e dos interesses públicos que estão em jogo e, portanto, não vamos fazer demagogia à custa disto, não vamos criar situações de alarme, mas também não vamos facilitar naquilo que não deve ser facilitado.

Como já sabemos, estes níveis de referência são evolutivos à medida que o conhecimento científico evolui. Para já, em Portugal, de acordo com as informações oficiais de que dispomos, relativamente aos equipamentos de telecomunicações, eles estão 50 vezes abaixo dos níveis de referência estabelecidos — é a informação que resulta da fiscalização que a ANACOM tem feito. Se quiserem disputar a medição feita pela ANACOM, estão, obviamente, no vosso direito!

Quanto às instalações de energia eléctrica, quer a REN quer a EDP confirmam que também as suas instalações

estão completamente dentro dos parâmetros, observando as recomendações do Conselho Europeu.

Portanto, a desactivação de instalações, como pode compreender, seria uma medida que só poderia ser justificada se fosse claramente determinado ou, pelo menos, suficientemente indiciado que havia uma perturbação para a saúde e para o bem-estar das pessoas pela presença dessas instalações. Ora, não é isso que acontece. As entidades oficiais que fiscalizam esse tipo de equipamentos garantem que, de acordo com a fiscalização a que procedem, estão, no caso das telecomunicações, 50 vezes abaixo dos parâmetros mínimos exigidos.

Não há, portanto, qualquer razão para alarme, não há qualquer razão para determinar qualquer desactivação de instalação. Há, sim, um inventário que está a ser feito, no caso concreto das escolas, deste tipo de equipamentos instalados em escolas e, evidentemente, se for apurado (o que não é plausível nem previsível) haver risco para as populações das escolas, muito especialmente para as crianças, esses equipamento terão de ser retirados — mas não há qualquer indício disso.

Não tenho nota de qualquer requerimento que tenha sido dirigido ao Ministério da Economia no sentido de pedir esclarecimentos sobre esta matéria que esteja por responder. Faço gosto em responder pessoalmente se me forem apresentados, mas não tenho pendente de apreciação, nem de resposta, no Ministério da Economia qualquer requerimento que verse esta matéria. Talvez seja um pouco precipitado da parte dos Srs. Deputados que puseram as coisas nesses termos dizer que este diploma não vai dar resposta. É melhor analisá-lo e, depois, terei muito gosto em voltar a dirigir-vos a palavra sobre este tema.

Protestos do PCP e de Os Verdes.

Relativamente à questão que o Sr. Deputado Bessa Guerra colocou, devo dizer-lhe que a ANACOM tem levado a efeito centenas de processos de investigação e de verificação dos níveis de radiação. Até Outubro de 2002 (são as informações mais recentes de que disponho), foram recebidas 274 solicitações, das quais já foram atendidas e concluídas 244, e, uma vez mais, os resultados apurados por essas fiscalizações apontam para valores 50 vezes inferiores aos níveis de referência de densidade do fluxo da potência que resultam da recomendação do Conselho da União Europeia.

Não há, portanto, qualquer razão para alarmismos inúteis; há, sim, razão para, prudentemente, ir acompanhando a evolução do conhecimento científico, fazendo reflectir na legislação portuguesa níveis de referência que sejam adequados à protecção das populações.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Então, vamos lá conhecer esse diploma!

A Sr.^a **Maria Santos** (PS): — Têm de ser feitas cópias para distribuir a todas as bancadas!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos passar à sétima pergunta, sobre os efeitos das restrições orçamentais, decididas pelo Governo, no funcionamento das escolas, que vai ser respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa.

Para formular a pergunta, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa, a questão que aqui trazemos só é entendida, em termos da sua gravidade, se confrontarmos a decisão tomada pelo Governo, apesar das afirmações que tem vindo a fazer desde que tomou posse, no que à educação e à formação diz respeito.

Afirma o Governo que são pilares cruciais e estratégicos do desenvolvimento do País, porque — repete sistematicamente esta afirmação — são «qualificadores dos portugueses», porque são «fulcrais no âmbito da competitividade» e, acrescentamos nós, porque são essenciais ao progresso, à modernidade e à justiça social, porque são fundamentais no combate ao atraso, que ainda possuímos, relativamente aos restantes países da Comunidade Europeia e porque, Sr. Secretário de Estado, possuímos preocupantes taxas de iliteracia, de abandono e de insucesso escolares.

No entanto, se confrontarmos esta realidade com as medidas tomadas por este Governo, quer em termos legislativos, quer na vertente financeira, concluiremos facilmente que as opções políticas são exactamente contrárias aos objectivos que vêm sendo propalados pelo Governo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — A primeira estratégia foi, e tem vindo a ser, a desresponsabilização do Governo e o envio da responsabilidade para as escolas — e, quando falo das escolas, refiro-me não só aos alunos e professores mas também aos pais e encarregados de educação — ou, então, em última instância, quando isto já não for possível, para as autarquias locais.

À administração central, ao Governo e ao Ministério da Educação fica um único objectivo, em cujo cumprimento tem sido zeloso: debilitar a escola pública, questionar a gratuidade e a qualidade, pondo mesmo em causa o texto constitucional, pondo mesmo em causa o direito à educação. E tudo isto sempre com o mesmo alibi, com a mesma justificação: rigor, contenção financeira e qualidade. Nada mais falacioso, Sr. Secretário de Estado!

O pacote legislativo é claro.

A lei aqui aprovada, relativamente à avaliação, responsabiliza a comunidade educativa pela situação vivida nas escolas.

O *ranking* publicado pelo Governo, sem critérios objectivos e, antes, ambíguos, teve como objectivo tornar a escola ainda mais selectiva e reprodutora de desigualdades.

O estatuto do aluno, aqui aprovado também pela maioria, sustenta uma escola punitiva e não integradora.

O Orçamento do Estado, acabado de aprovar, olha a educação com as leis do mercado e numa política do «encerre» e do «extingir»!

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora**: — Disse aqui, há uns tempos, a Sr.^a Secretária de Estado da Educação, falando de aspectos mais

particulares, que a educação sexual era inviabilizada, acusando os professores de falta de idoneidade.

Os conteúdos programáticos estão sob suspeita, por proposta da maioria, porque os professores também são cidadãos (e recusam-se a deixar de o ser) e não máquinas reprodutoras dos saberes.

Os professores do estudo acompanhado foram reduzidos a 50%, penalizando quem mais precisa.

Fomentou-se o aumento do número de alunos por turma, com medidas administrativas e circulares, com ordens e contra-ordens...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr.^a Deputada, o tempo de que dispunha terminou. Peço-lhe que conclua.

A **Oradora**: — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

É neste contexto — e vou deixar para uma segunda intervenção a questão mais particular, a dos cortes orçamentais — que o Governo faz chegar às escolas, nos últimos dias de Novembro, uma circular no sentido de as obrigar a mais uma cativação nas despesas correntes, inviabilizando o seu funcionamento e obrigando-as a tomar medidas, que vão desde o evitar as despesas mais necessárias ao seu funcionamento até a casos caricatos como o encerramento e o não funcionamento de algumas actividades que estão previstas para o mês de Dezembro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Educativa** (Abílio de Almeida Morgado): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, começo por apresentar os meus cumprimentos, especialmente à Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

Gostaria de responder à Sr.^a Deputada, assim tivesse percebido a pergunta... Mas vou tentar.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É preciso estar com atenção!

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Devia estar mais atento, Sr. Secretário de Estado!

O **Orador**: — A questão é a seguinte: a Sr.^a Deputada aproveitou uma pergunta que se prendia com os efeitos das recentes cativações orçamentais das escolas para repetir um conjunto de afirmações gerais sobre educação que, desde o início da presente legislatura, têm sido proclamadas.

Relativamente a isso, deixe-me dizer-lhe que é óbvio, e está mais do que demonstrado, que a qualificação dos portugueses é um desígnio estratégico deste Governo, por muito que os senhores digam que não é.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Estaremos até ao fim da Legislatura com os senhores a dizerem que não é e nós a dizermos que é!... Mas analisaremos os resultados na devida altura.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Mesmo sem dinheiro!

O **Orador**: — Segundo tema, Sr.^a Deputada: relativamente à questão orçamental, gostaria de fazer duas afirmações muito claras.

Em primeiro lugar, o Ministério da Educação assume, como não podia deixar de ser, toda a solidariedade relativamente ao esforço de gestão orçamental que está a ser feito, e fá-lo com todo o rigor.

Cabe-me a mim, Sr.^a Deputada, passar para um âmbito mais concreto: há uma orientação — que é, aliás, comum nesta fase da gestão orçamental — de cativação de algumas rubricas relativamente a despesas muito concretas, isto é, apenas as despesas correntes e, dentro destas, aquelas que dizem respeito à aquisição de bens e serviços.

A Sr.^a Deputada sabe quanto é que estas despesas significam no orçamento das escolas relativamente ao orçamental global? Significam 0,09%. Sei que a Sr.^a Deputada sabe que o problema do sistema educativo se prende com a gestão e com o rigor e asseguro-lhe que o Ministério da Educação tem condições, como nos compete e é nosso dever — aliás, é o tem sido feito — para acomodar, através de medidas de gestão, esse corte ao funcionamento das escolas. Veremos, no final deste ano, se algo de grave aconteceu ao funcionamento dessas escolas!

Quero assegurar à Sr.^a Deputada que estamos a acompanhar este assunto com todo o rigor, sendo absolutamente despidianda para o funcionamento das escolas a cativação feita, que, como lhe disse, é normal em termos de regra de gestão orçamental.

Quedo-me por aqui, porque com certeza vou ter oportunidade de intervir de novo.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, dei-lhe a oportunidade para, na sua primeira intervenção, de algum modo, nos dizer que a circular de que falei tinha sido um erro do Ministério, que não correspondia à verdade e que todas as escolas deste país, desde o 5.º ano de escolaridade ao 12.º ano, que estão nestas condições podiam ficar tranquilas porque, até ao fim do mês de Dezembro, não iriam ser obrigadas a cativar estas despesas e que teriam condições para funcionar, até porque o Governo não é uma pessoa de má fé.

Mas, afinal, as escolas e as estruturas sindicais dos professores que fizeram chegar as suas preocupações à Assembleia da República tinham razão, e o Sr. Secretário de Estado veio aqui confirmá-lo.

Mais: o Sr. Secretário de Estado não só veio confirmar esta afronta às escolas como veio dizer algo muito mais grave. Disse: «Isto não tem importância nenhuma, Srs. Deputados». Mas estamos só a falar de 4,5 % das despesas correntes do ano inteiro, reflectidas exclusivamente no mês de Dezembro, Sr. Secretário de Estado! Explique esta verdade!

Tenho comigo a circular, dei oportunidade ao Sr. Secretário de Estado de explicar mas, como não o quis fazer, então, vamos a factos.

A circular é clara: decorre de uma circular do Ministério das Finanças, que determina a cativação de 4,5% da verba correspondente à classificação económica 60300 do orçamento corrigido.

Mais grave, Srs. Deputados: as escolas apresentaram os seus orçamentos, o Ministério corrigiu-os, realizando quebras entre 20 a 40%, e é com base nos orçamentos corrigidos que o Ministério quer agora fazer uma cativação de 4,5% das despesas correntes.

Quer isto dizer que as medidas que estão a ser tomadas nas escolas que de norte a sul do País já receberam esta circular são desta natureza: há escolas que não informarão os pais e os encarregados de educação das avaliações de Dezembro, há escolas que não pagarão luz, água e telefone,...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Deputada, o tempo de que dispunha terminou. Conclua, por favor.

A **Oradora**: — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

... há escolas que estão impedidas de fazer avaliação.

Mais: o Ministério impede — e é bom que o Sr. Secretário de Estado explique isto — que qualquer dívida realizada até ao último dia de Dezembro passe para Janeiro de 2003.

Portanto, é bom que o Ministério informe disto a EDP, a Portugal Telecom e todas as empresas relativamente às quais as escolas têm que efectuar pagamentos. É bom que o Sr. Ministro explique para que possamos dizer às escolas que elas deverão encerrar as portas, porque a qualificação dos portugueses, a modernidade do País, é algo que não diz nada a este Governo, particularmente à tutela da educação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Espero que o Sr. Secretário de Estado já tenha compreendido!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, tal como o Partido Comunista Português, também nós somos assaltados com a gravidade destes cortes, não pelos cortes em si mas por tudo aquilo que levou a que tenham de ser feitos.

Vozes do PS: — Ah!...

O **Orador**: — Se, por um lado, existe uma necessidade de estabilização da despesa, por outro, é fundamental pensarmos numa optimização da rede escolar, estimulando as escolas a serem melhores gestoras.

Esta cativação não é por isso motivo para o alarmismo exacerbado que a oposição anuncia. É importante entendê-la e considerá-la como estando inserida num esforço de solidariedade nacional em relação à qual as escolas não podem ser excepção.

O Sr. **Gonçalo Capitão** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Muito gosto teríamos nós em que a optimização da rede escolar passasse exclusivamente por um ajustamento de pormenor. Contudo, face à situação financeira do País, esta é uma medida de excepção que tem de ser implementada graças à total irresponsabilidade dos governos do Partido Socialista.

O **Sr. Gonçalo Capitão (PSD)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Não corremos risco algum de ver as nossas escolas encerrarem em Dezembro.

Por mais profetas da desgraça que queiram ser, importante é estabelecer prioridades e escolher a melhor solução, ou seja, aquela que corrige os erros do passado e que nos dá garantias de futuro.

O **Sr. Joel Hasse Ferreira (PS)**: — Corrige, não! Agrava-os!

O **Orador**: — O risco de ruptura está salvaguardado.

Vozes do PS: — Ai está?!...

O **Orador**: — Compreendemos que há soluções que levantam maiores preocupações e que, naturalmente, serão diferenciadas positivamente. Não podemos é esquecer-nos de que o problema não se resolve com mais dinheiro mas com um melhor aproveitamento dos recursos existentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, é fundamental que olhemos para a rede escolar e que verifiquemos que existe uma necessidade urgente de reorganizar e de optimizar o seu desempenho.

O **Sr. Joel Hasse Ferreira (PS)**: — Mas qual é a pergunta?!

O **Orador**: — Devemos, ainda, verificar que o número de alunos reduziu substancialmente e que é necessário rever as estratégias e redefinir objectivos.

O **Sr. Joel Hasse Ferreira (PS)**: — Qual é a pergunta?!

O **Orador**: — Tenha calma, Sr. Deputado!

O nosso objectivo é a qualidade e, contrariamente ao que aqui hoje foi exposto, não passa pelo despesismo.

A **Sr.^a Presidente (Leonor Beleza)**: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha terminou. Conclua, por favor.

O **Orador**: — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

Há que incutir uma praxis de rigor e de contenção de forma a conseguir dotar as escolas dos recursos físicos e técnicos necessários para a prática pedagógica.

Sr. Secretário de Estado,...

Vozes do PS e do PCP: — Ah!...

O **Orador**: — ... apesar da complexidade da situação conjuntural vivida pelas escolas, de que forma pretende optimizar a rede escolar?

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS e do PCP.

O **Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP)**: — Que intolerância! Não conseguem nem ouvir!

A **Sr.^a Presidente (Leonor Beleza)**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cristina Granada.

A **Sr.^a Cristina Granada (PS)**: — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa, perante a situação que acabámos de apreciar, perante aquilo que foi exposto, as escolas estão, de facto, muito preocupadas com a cativação feita agora para o mês de Dezembro e com a previsão de cativações para o ano de 2003. E estão preocupadas porque têm de responder muito objectiva e concretamente a despesas que se lhes apresentam e que são necessárias mas também a algo a que este Governo deveria responder com muito maior premência, que é o desenvolvimento da qualidade educativa, que passa, necessariamente, pela entrega de verbas necessárias ao funcionamento das escolas.

E não se trata apenas de uma questão de funcionamento; trata-se também de uma questão de resposta adequada localmente. Isto porque não basta dizer que igual para todos significa melhor desenvolvimento, porque isso não é verdade.

Tal como o Ministério da Educação deveria ser exceptuado no contexto das atribuições em termos orçamentais, também as escolas localmente, regionalmente, devem ser exceptuadas. E não é por terem mais ou menos alunos mas por se acreditar mais ou menos no desenvolvimento das populações, na qualificação e na competitividade que os parceiros que acompanham o que é educação, o que é qualificação e o que é formação estão deveras preocupados com o abaixamento de nível. Ora, esse abaixamento de nível pode estar relacionado com os cortes orçamentais que se verificam nas despesas correntes, mas também com todas as outras despesas que vêm sendo anunciadas.

Por isso, pergunto ao Sr. Secretário de Estado como pretende resolver uma situação que agora vai passar pela cativação de 4,5%, mas que se prevê ser de 50% no orçamento para 2003.

Aplausos do PS.

O **Sr. Joel Hasse Ferreira (PS)**: — E não responda só com generalidades!

A **Sr.^a Presidente (Leonor Beleza)**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O **Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP)**: — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa, esta discussão chega, em certos momentos, a ser surrealista... Parece que estamos num país que não é Por-

tugal, que estamos a falar de um orçamento que não é o nosso e que estamos a falar de uma realidade financeira que também não é a nossa!...

Parece que estamos num País que teve equilíbrio orçamental nos últimos anos, num País que está em expansão, num País que tem todas as condições para apostar e investir na educação, como em outras áreas, porque, de facto, houve um governo magnífico do Partido Socialista que nos deixou, em termos de finanças públicas, uma situação que permite esse investimento!...

No entanto, neste Governo, existem pessoas sem a mínima consciência disso e que são, além de tudo, masoquistas, porque, apesar de terem toda a disponibilidade para investir e para apostar em gastar dinheiro na educação, não o querem fazer e acham que é mais fácil fazer cativações, que é muito mais simpático ter manifestações de pessoas que, tendo interesses legítimos, se batem pela sua defesa e que, portanto, este Governo resolveu criar alguma agitação porque achou divertido...!!

O Srs. Deputados, há que ter o mínimo de seriedade nesta questão.

A Sr.^a Ana Benavente (PS): — Há, há!

O Orador: — Este Governo faz o que faz em termos orçamentais porque encontrou, em termos de finanças públicas, a pior situação possível...

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... e porque não pode, de facto, resolver certos problemas à maneira socialista, que era atirar dinheiro para cima dos problemas e ver se, por milagre, esse dinheiro conseguia resolver esses mesmos problemas!!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — A verdade é que, mesmo que tivéssemos essa disponibilidade, Srs. Deputados, não faríamos como os senhores fizeram. E não o faríamos, porque este Governo tem a responsabilidade de saber que não é atirando dinheiro para cima dos problemas que eles se resolvem.

Mas, apesar da situação difícil, apesar da situação insustentável...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Numa situação insustentável estamos nós agora!

O Orador: — ... que o Partido Socialista nos deixou, este Governo está a fazer os possíveis e está a conseguir investir na qualificação dos portugueses.

Protestos do PS.

Senão, vejamos todas as medidas legislativas que este Governo já tomou.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — Termina já, Sr.^a Presidente.

Vejamos, por exemplo, a questão da reforma do ensino secundário, a obrigatoriedade da disciplina Tecnologias da Informação e da Comunicação, que vai exactamente no sentido da qualificação dos portugueses,...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Não vai nada! É desinvestimento total!

O Orador: — ... e nada tem a ver com dinheiro mas com opções e com o conhecimento das prioridades em termos de política de educação.

É isto que está em causa! É isto que vamos conseguir fazer!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Você quer um País de analfabetos!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder aos pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa: — Sr.^a Presidente, se os Srs. Deputados me permitirem, responderei às perguntas que me foram feitas dividindo-as basicamente em dois temas.

Por um lado, Srs. Deputados, é óbvio que aquilo que está a acontecer relativamente às necessidades de gestão do orçamento do Ministério da Educação tem causas.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Cassete!

O Orador: — Eu preferiria não ser obrigado a ter este tipo de constrangimentos, mas a verdade é que é um desígnio nacional, que devia preocupar-nos a todos, as necessidades absolutamente intransponíveis de gestão orçamental e são essas necessidades de gestão orçamental que também no Ministério da Educação temos de acompanhar.

Portanto, trata-se de uma questão de possibilidade e não de oportunidade. Sejam claros!

Por outro lado, Sr.^a Deputada Luísa Mesquita, há outras causas para esta situação e que têm a ver com o estado em que este Governo encontrou a administração educativa.

O Sr. António Filipe (PCP): — Não sei porque é que se candidataram!?...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Olha o PCP a defender o PS!

O Orador: — Portanto, os instrumentos de gestão que temos são os que temos à nossa disposição, e vou passar a explicar quais são.

É evidente que — e acredito que isso cause alguma preocupação aos Srs. Deputados — aquilo que está a acontecer a nível de reforma do sistema educativo é profundo, Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Ai isso é!

O **Orador**: — Claro que há opções filosóficas e políticas que são diferentes,...

A **Sr.^a Luísa Mesquita (PCP)**: — Ah!...

O **Orador**: — ... mas vamos ver os resultados na vida altura. Mas nós não negamos essa diferença, Sr.^a Deputada! Estamos, aliás, disponíveis para, em temas essenciais, discuti-los profundamente em todos os *fora*, a começar por esta Assembleia.

Vamos, agora, à questão concreta que me trouxe aqui: as cativações que, entretanto, foram determinadas pelo Ministério das Finanças. Essas cativações, Sr.^a Deputada... É que estas questões são técnicas e devem ser rigorosamente assumidas, senão, fica uma nebulosa sobre tudo isto e ninguém percebe do que estamos a falar.

Essa circular não é um erro, existe, é real e, portanto, esse é tema que deixa de existir entre nós, Sr.^a Deputada, porque eu assumo essa circular!

O **Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP)**: — Muito bem!

Vozes do PCP: — Ah!...

O **Orador**: — Sr.^a Deputada, deixe-me que lhe diga o que refere essa circular. O que essa circular refere é o seguinte: quanto à rubrica, e só a esta, «Aquisição de bens e serviços» relativamente ao orçamento das escolas, há 50% do valor não gasto que tem de ficar cativado. Mas não escola a escola, Sr.^a Deputada! É o valor global do orçamento das escolas e é esse valor global que representa, como eu, há pouco, disse, 0,09%.

A **Sr.^a Luísa Mesquita (PCP)**: — Não é nada disso!

O **Orador**: — Eu explico! A Sr.^a Deputada fez-me uma pergunta e vai deixar-me responder.

Vou explicar como é que vamos fazer essa gestão, Sr.^a Deputada — e, mais uma vez, estamos a falar de coisas concretas.

Como sabe, o orçamento das escolas é feito da seguinte maneira: as escolas preparam os seus projectos de orçamento no início do ano — foi, aliás, o governo anterior que aceitou os orçamentos das escolas e é esse o orçamento que estamos a gerir —...

A **Sr.^a Luísa Mesquita (PCP)**: — Não, não! A corrigir!

O **Orador**: — A corrigir para mais, Sr.^a Deputada!

A **Sr.^a Luísa Mesquita (PCP)**: — Não, não! Para menos!

O **Orador**: — ... e o Ministério da Educação atribui às escolas, no início do ano, duodécimos.

Bom, há uma rubrica global — aliás, essa é a prática tradicional da gestão do orçamento das escolas — de cerca de 6 milhões de contos que fica centralmente localizada, Sr.^a Deputada. Ora, são esses 6 milhões de contos (que as escolas, até este momento, não precisaram de utilizar) que vão constituir a grande área de cativação.

Isto significa, Sr.^a Deputada, que, relativamente ao orçamento global de funcionamento das escolas, em primeiro lugar, não vamos mexer nos vencimentos,...

A **Sr.^a Luísa Mesquita (PCP)**: — Nos vencimentos?! Era o que faltava!

O **Orador**: — ... como não poderia deixar de ser;...

Protestos do PCP.

Risos do PS.

Deixem-me, já agora, fazer o elenco global.

... em segundo lugar, não vamos mexer nem no pré-escolar nem no 1.^o ciclo;...

Protestos da Deputada do PCP Luísa Mesquita.

... em terceiro lugar, Sr.^a Deputada, estamos a falar de um valor global de 860 000 contos que tem compensação com as rubricas centrais em cerca de mais 150 000 contos, ou seja, a cativação efectiva vai ser de cerca de 700 000 contos.

O Ministério da Educação tem autorização para fazer a gestão global do orçamento das escolas, o que significa que há escolas, que não iriam gastar o seu orçamento, que vão compensar as outras escolas. Está a ver, Sr.^a Deputada?

Deixe-me dizer-lhe mais: essa circular foi acompanhada de instruções às escolas no sentido de fazerem a «reprevisão», se quiser, daquilo que é gestão orçamental até final do ano.

Estamos a falar de um universo de cerca de 1200 escolas, Sr.^a Deputada. Há 20 escolas que, até este momento, colocaram problemas aos serviços centrais e que estão resolvidos.

A **Sr.^a Luísa Mesquita (PCP)**: — Estão resolvidos caso a caso! Estão a responder às clientelas!

O **Orador**: — Se a Sr.^a Deputada me perguntar se eu preferiria não ter de fazer esta gestão, eu responderei: claro que sim! Mas a verdade é que a estamos a fazê-la, e estamos a fazê-la acomodando ao funcionamento das escolas.

Isto significa, Sr.^a Deputada, que estamos a ser competentes no desígnio nacional que temos pela frente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A **Sr.^a Presidente (Leonor Beleza)**: — Srs. Deputados, vamos passar à última pergunta, sobre qual a estratégia para o aproveitamento dos recursos humanos da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e sobre a forma como foi preparada, com os seus trabalhadores, a extinção desta instituição, que vai ser respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

Para formular a pergunta, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Srs. Deputados, com o Decreto-Lei n.º 252/2002, de 22 de Novembro, este Governo aprovou, recentemente, a extinção da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Se observarmos o texto deste decreto-lei, veremos que, de facto, é curioso, porquanto refere o que acontecerá aos veículos que faziam parte da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e o destino que vai ser dado ao património desta Comissão e sobre os trabalhadores que estavam afectos a esta Comissão refere apenas três linhas e para indicar, apenas e só, a sua cessação das comissões de serviço.

Sr. Secretário de Estado, apenas três linhas relativas aos trabalhadores — o pessoal da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses —, aos 69 trabalhadores que trabalham nesta Comissão há mais de três anos (muitos deles há mais de 16 anos), com contratos a prazo que foram sendo renovados. Veja, Sr. Secretário de Estado, há pessoas que tiveram 26 renovações da contratação a prazo para trabalharem nesta Comissão!...

Trata-se de 69 pessoas que, sabemos, têm experiência e um conhecimento acumulado, que parece ser um valor inestimável no que toca à divulgação da história portuguesa, quer em Portugal, quer a nível internacional.

Num País que, sabemos, não pode desperdiçar recursos humanos qualificados, o Governo pretende com este decreto-lei, apenas e só, descartar-se daqueles que foram os trabalhadores que montaram estas Comemorações. E digo «descartar-se» — vai perdoar-me! — porque é, de facto, o termo.

O Governo quer descartar-se, porque o processo de recolocação destas pessoas, seja no Gabinete das Relações Internacionais seja noutros organismos, foi referido pelo Governo que será avaliado caso a caso. E mais do que isso não referiu...

O Governo quer descartar-se destes funcionários, porque, no que toca aos processos de indemnização das pessoas que agora vão ser despedidas, não sabemos o que se passa — e o Governo tem teimado em não esclarecer o que vai acontecer.

O Governo pretende descartar-se destas pessoas, porque, no que toca ao subsídio de desemprego das pessoas que vão agora ver a sua comissão de serviço cessada, aquilo que sabemos é que, no processo de liquidação, ainda não foram distribuídas as credenciais necessárias para que estas pessoas possam recorrer ao referido subsídio.

Portanto, Sr. Secretário de Estado, tem sido um processo pouco claro e, acima de tudo, inaceitável. E digo «acima de tudo», porque estamos a falar de pessoas que, subitamente e depois de muitos anos dedicados a este trabalho, não têm qualquer informação sobre qual vai ser o seu futuro nem sobre o que o Governo pretende fazer com aquilo que foi o seu capital acumulado ao longo destes anos e que nos parece ser fundamental para as tarefas de divulgação da História portuguesa e de apoio ao trabalho de investigação nesta matéria.

Pergunto: qual é a política que o Governo define? Pretende ou não criar uma estrutura permanente que cuide das matérias que, até agora, estavam a se asseguradas pelas pessoas que trabalhavam nesta Comissão?

Pergunto, ainda, se o Governo...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr.^a Deputada, o tempo de que dispunha terminou. Conclua, por favor!

A **Oradora**: — Vou concluir, Sr.^a Presidente, perguntando ao Sr. Secretário de Estado se entende que o Governo de Portugal pode, pura e simplesmente, dispensar estas pessoas que, durante tantos anos, trabalharam nessa Comissão, depois de o Estado ter abusado ilegalmente do recurso à contratação a prazo e de, agora, fazer tão-somente uma cessação em que não se sabe o que vai acontecer a estas pessoas.

Por fim, gostava de saber se o Governo nos pode dizer se, tal como no caso do Dr. Vasco Graça Moura que, quando saiu da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, teve direito a uma indemnização, a estes trabalhadores também vai ser atribuída uma indemnização.

Vozes do BE e do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

O Sr. **Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros** (Domingos Jerónimo): — Sr.^a Presidente, Srs.as e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Ana Drago, naturalmente, não posso começar por deixar de referir que o Governo não «se descartou», nem nunca poderia «descartar-se» dos trabalhadores da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Permitam-me, Sr.^a Deputada Ana Drago e Srs. Deputados, que enquadre o processo de extinção da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Como esta Câmara bem sabe, por iniciativa do Governo, a Assembleia da República aprovou a Lei n.º 16-A/2002, que prevê expressamente a extinção da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e, naturalmente, foi no cumprimento desta lei que o Governo promoveu, por via do Decreto-Lei n.º 252/2002, o processo de extinção da Comissão de que estamos a falar, sendo que o referido diploma prevê, expressamente e de forma pormenorizada, a transferência do património da Comissão para o Ministério da Cultura, fundamentalmente, mas não só.

É omissa (tem toda a razão, Sr.^a Deputada) quanto à situação dos trabalhadores, por uma razão que se prende, apenas e tão-só, com a situação com que nos confrontámos e se confrontam, infelizmente, os trabalhadores da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e que tem a ver apenas com isto: é que a situação contratual destes trabalhadores é, Sr.^a Deputada Ana Drago, perfeitamente irregular.

E é irregular, como V. Ex.^a também teve oportunidade de mencionar, por três razões fundamentais.

Em primeiro lugar, quando a Comissão foi criada, em 1986, contou com 31 colaboradores cujo vínculo jurídico não passava de um contrato de prestação de serviços. Nos termos do diploma que criou a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, os 31 colaboradores com que a Comissão contava, em finais de 1995, tinham, de facto, esse vínculo jurídico de um con-

trato de prestação de serviços. Mas, de 1995 até à data, o número de colaboradores da Comissão mais do que duplicou, Sr.^a Deputada.

Neste momento, como referiu, e bem, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, tinha cerca de — não sendo rigoroso — 69 colaboradores. A diferença é que, em relação aos 38 trabalhadores a mais, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo. E peço-lhe que retenha este pormenor, Sr.^a Deputada, porque não é de somenos importância: os 31 contratos de prestação de serviços, naturalmente, mantiveram-se, mas o reforço dos colaboradores assentou na celebração de contratos de trabalho a termo certo. E os contratos de trabalho a termo certo, Sr.^a Deputada, estão inquinados de graves e manifestas irregularidades.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Secretário de Estado, por agora, o tempo de que dispunha terminou. Depois, no fim, tem 10 minutos para responder às perguntas adicionais, pelo que lhe peço o favor de concluir.

O **Orador**: — Muito obrigado, Sr.^a Presidente, vou já concluir.

Sr.^a Deputada Ana Drago, a situação com que nos confrontámos é de manifesta irregularidade. Naturalmente, o Governo tem a preocupação de acautelar os interesses de todos aqueles que, ao longo de anos, deram o que tinham de melhor para que a Comissão, de facto, levasse a efeito eventos da maior importância para o País. Pelo prestígio, pela competência, pela complexidade das mesmas acções, são pessoas experientes e o Governo não deixará de acautelar os seus interesses, por via de uma adequação correcta do seu perfil, da sua experiência e da sua formação académica às necessidades que estão, neste momento, colocadas em vários departamentos ministeriais, e não só no âmbito de departamentos ministeriais mas da administração indirecta do Estado e ainda do sector público empresarial.

É um procedimento moroso e complicado, mas este processo, que foi iniciado em Agosto deste ano através de uma série de entrevistas que, para o efeito, se iniciaram, manifesta, reflecte e evidencia bem a preocupação que o Governo tem na resolução de um problema que, naturalmente, a todos merece a maior consideração e respeito pela sua particularidade, na medida em que afecta o interesse de todos aqueles que, ao longo dos anos, foram objecto de expectativas falsamente criadas por responsáveis de anteriores governos, nomeadamente dos governos do Partido Socialista.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Joel Hasse Ferreira** (PS): — Muito bem, não, muito mal! No final, «fugiu-lhe o pé para a chinela», perdeu o polimento todo!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, vejo que, afinal, o Governo reflectiu melhor sobre esta

matéria e entende que é necessário voltar a repensar a situação destes trabalhadores que, afinal, são tudo menos os culpados nesta matéria.

Mas também lhe devo dizer, Sr. Secretário de Estado, que, se os contratos, ao abrigo dos quais estes trabalhadores se encontravam em funções, são irregulares, eles terão de ser imediatamente integrados na função pública, uma vez que a culpa não é sua, e, portanto, terão de adquirir o estatuto de funcionários públicos, na medida em que estiveram sob uma contratação irregular e a culpa tem de ser assacada ao Estado.

Devo dizer-lhe que também me parece importante que o Governo defina rapidamente qual é a sua política no que toca àquele que era o papel desta Comissão, coisa que o Sr. Secretário de Estado ainda não esclareceu.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Também para solicitar esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses foi criada em 1986 e durante 16 anos serviu bem o País. Este poderia ser um bom epitáfio, se houvesse bons epitáfios, mas sucede que este é um epitáfio perturbador, porque resulta de uma decisão perturbadora do Governo. É uma decisão que, mais uma vez, revela que este Governo não tem sentido de cultura e de preservação dos nossos valores históricos.

Durante 16 anos, sob a condução de Vasco Graça Moura, de António Hespanha e de Joaquim Romero de Magalhães, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses ocupou um lugar ímpar na divulgação e no apoio à investigação histórica. E, Sr. Secretário de Estado, o investimento que o Estado fez, de muitos milhões de euros, para criar capacidade, para preparar funcionários para desempenharem a sua missão, está a ser «deitado pela borda fora», como vão pela «borda fora» as expectativas de dezenas de pessoas que serviram com lealdade, durante todos estes anos, algumas delas desde 1986, e que trouxeram qualidade ao culto da nossa História e da nossa identidade colectiva.

O Sr. **Medeiros Ferreira** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Estes funcionários mereciam, seguramente, um destino diferente daquele que agora lhes é reservado. E o que é pior é que é manifesto que esta decisão, pura e simples, de extinção da Comissão, sem cuidar de salvaguardar, de preservar um núcleo importantíssimo de saberes e de aptidões técnicas, numa área onde, manifestamente — e todos o reconheceremos —, Portugal tem um défice, como é a área da investigação e divulgação histórica, na qual a Comissão fez um trabalho que reputo de brilhante, deve-se, suspeito, a uma mera preocupação de poupar uns «patacos», imposta pelo Ministério das Finanças, e nada mais. Creio que o Sr. Secretário de Estado não poderá negar esta evidência.

A minha questão é a de saber por que é que, mesmo que não se quisesse ir para a solução maximalista da criação de uma nova instituição, de um novo organismo, como o da Casa da História, que alguns propuseram, não se

procurou integrar este núcleo valioso de pessoas, que tem uma coerência e um saber que se vai perder, para continuarem a fazer o seu trabalho num organismo já existente? Ou por que é que, se não era possível criar essa possibilidade, não se criaram dois ou três grupos de pessoas que pudessem ser integrados em várias instituições do Estado para continuarem a fazer este trabalho que se vai perder se formos por este caminho?

Eram estas as perguntas que lhe queria fazer, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Medeiros Ferreira** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, penso que estamos aqui perante uma questão que merece por parte do Sr. Secretário de Estado mais alguns dados e mais esclarecimentos.

Não é uma situação que remonte ao mês passado ou há dois meses, pois desde Maio que vem sendo discutida e o Governo teve mais que tempo até Dezembro, e a propósito de uma pergunta formulada pelo Bloco de Esquerda, para responder à questão que aqui foi hoje colocada, particularmente aos 69 trabalhadores que tudo têm feito para ser esclarecidos e a quem tem sido negado todo e qualquer esclarecimento.

Mas não só, Sr. Secretário de Estado. V. Ex.^a conhece, naturalmente, o comportamento deste Governo face ao responsável máximo pela Comissão. O responsável máximo pela Comissão afirmou publicamente que tinha sabido da sua extinção através dos jornais. Todos os trabalhadores souberam da extinção através dos jornais.

Sr. Secretário de Estado, nunca nada foi visto com os trabalhadores nem com os responsáveis pela Comissão dos Descobrimentos. O Governo, numa política do extingue e do encerra, que fundamentalmente atingiu as tutelas sociais, também fez o mesmo à Comissão dos Descobrimentos, sendo perfeitamente insensível às questões laborais e às expectativas dos trabalhadores.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Não foi um esquecimento, Sr. Secretário de Estado. Basta olhar para os requerimentos formulados pelos Srs. Deputados e para as respostas que vieram da tutela, em que se diz, pura e simplesmente, que serão acautelados o património, os bens, e nunca há uma palavra para os trabalhadores. Basta olhar para os decretos-lei para ver que tudo é acautelado, até as viaturas — há lá um artigo para as viaturas —, e dos trabalhadores nunca se fala. E quando os trabalhadores tentaram saber junto da tutela o que é que lhes ia acontecer, a resposta foi zero! Nunca foram ouvidos, nunca foram entendidos em termos de uma solução e nunca houve o mínimo de respeito por todos aqueles trabalhadores.

O Sr. Secretário de Estado conhece os compromissos assumidos perante os trabalhadores pelo governo do Partido Socialista, em que se garante que eles serão incluídos a curto prazo na função pública? Este Governo ignora todas estas expectativas, todos esses compromissos assumidos

pelo governo porque não lhe interessa garantir as expectativas destes trabalhadores. Então, estes trabalhadores não têm direito a trabalhar?!

Sr. Secretário de Estado, o tempo é pouco e por isso gostaria de lhe fazer uma sugestão e ao seu Governo: leiam a carta do Prof. Hespanha enviada ao Primeiro-Ministro, publicada esta semana num jornal nacional, que diz exactamente qual é o caminho que este Governo, em nome do prestígio de Portugal, do direito dos trabalhadores e do respeito pela história de Portugal, deverá fazer relativamente à Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Capitão.

O Sr. **Gonçalo Capitão** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, não sei se o Sr. Deputado Hasse Ferreira quer já começar a interromper a intervenção do Deputado do PSD ou se espera mais um pouco.

Risos.

O **Orador**: — Em primeiro lugar, gostava de saudar a coragem do Governo por enfrentar um problema que foi herdado. Em segundo lugar, queria dizer que este debate está mal colocado porque a Deputada Ana Drago, que estimo e respeito há muitos anos, instituiu aqui uma nova moda, a do maniqueísmo parlamentar, onde há sempre uma luta entre o bem e o mal.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Essa é do George Bush!

O **Orador**: — Então, nas «estrelas» onde o Bloco vai encontrar muitas das ideias que desencanta para vir aqui ao Parlamento, de um lado, está sempre um *Darth Vader*, que por acaso está na maioria, e, do outro, está um *Skywalker*, ou, no caso, uma princesa. Se quiser um exemplo mais comum e mais moderno, eu diria que em cada Deputado da maioria está provavelmente um Hannibal Lecter disposto a canibalizar os interesses dos trabalhadores e dos oprimidos.

O Sr. **Joel Hasse Ferreira** (PS): — Boa imagem!

O **Orador**: — Mas não é assim! Assim como não se pode comparar a resolução de problemas de viaturas à resolução de problemas humanos e laborais, não se substituem trabalhadores como peças que não encaixam todos no mesmo sítio.

O Governo do PSD criou esta Comissão com um escopo determinado e com limitação temporal. Jamais foi criada a ideia de que seria um vínculo eterno ao Estado.

Sendo que o PSD é sensível, e sabemos que o Governo também é, ao drama pessoal de cada uma das situações envolvidas, que é também um drama familiar em certos casos, gostávamos, em todo o caso, de saber onde reside o «epicentro desta tormenta». Isto é, foram, ou não, preparadas, até 1995, várias iniciativas, como a Sevilha 92, a

Europalia e o início da preparação da Expo 98, com 31 trabalhadores?

Por outro lado, qual a compaginação dos contratos entretanto celebrados com o diploma que instituiu a Comissão? Procurou este Governo a solução jurídica que era mais favorável para todos os interesses envolvidos?

Por outro lado ainda, haverá aqui um sadismo oculto deste Governo ou qual foi verdadeiramente a proposta jurídica de solução que herdou do governo anterior? Que exequibilidade tinha a Casa da História? Se calhar a mesma que não teve durante seis anos e meio de governo PS.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por fim, está em condições de garantir que, resolvendo o maior número possível destas situações dramáticas, não vai criar expectativas a resolver por um próximo e, se Deus quiser, distante governo do Partido Socialista, já que um governo do Bloco de Esquerda, talvez nem no originalíssimo círculo eleitoral de Vladivostok seja possível.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, em primeiro lugar, cumpre-me uma palavra de respeito e de preocupação em relação a todos os funcionários da Comissão para a Comemoração do Descobrimentos Portugueses, porque quando uma questão envolve situações pessoais, situações familiares, que têm a ver com a programação da vida das próprias pessoas, é sempre a primeira preocupação desta bancada, mas é também sempre a primeira preocupação do Governo, que, aliás, já teve oportunidade de o dizer.

O Governo também já foi claro ao dizer que o facto de um determinado despacho em relação aos trabalhadores ter mais ou menos linhas nada tem a ver com a importância que este Governo dá aos trabalhadores em comparação com automóveis ou com qualquer outro património. É que há uma questão de princípio: este Governo nunca tratará pessoas como quem trata automóveis ou património,...

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Pelos vistos, trata pior! São pessoas!

O Orador: — ... resolvendo tudo ao mesmo tempo e tentando encaixar tudo da maneira mais conveniente.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Já foi aqui dito também que este Governo seria o Governo «do extingue e do encerra». Não é! Mas é bom lembrar que este Governo sucede àquele do «aumenta e do engorda», que foi um governo que não se preocupou em resolver problema absolutamente nenhum, em que se se pudesse meter mais um ou dois ia-se metendo, se desse para aumentar mais um cargo ou dois ia-se aumentando, se desse para não resolver o problema, para não «chatear» ninguém, então deixava-se estar. O problema deste Governo é que sucedeu a um governo assim.

O Sr. António Filipe (PCP): — E este Governo «chateia» toda a gente!

O Orador: — Ora, este Governo tem, obviamente, preocupações com as expectativas dos trabalhadores, mas tem também preocupações com a expectativa dos eleitores. É que foram os eleitores que escolheram um Governo que quisesse resolver uma quantidade de problemas e que, entre outras coisas, conseguisse resolver um problema estrutural do nosso país,...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Que despedisse?!

O Orador: — ... que é o problema da nossa Administração Pública. Temos uma Administração Pública própria de países não desenvolvidos e de modelos ideológicos que nada têm a ver com aquilo que os eleitores portugueses escolheram...

O Sr. António Filipe (PCP): — Não diga asneiras!

O Orador: — ... e não tem sequer a ver com a realidade política de hoje em dia. Tem muito a ver com um bloco de Leste que, obviamente, terminou, com uma cortina que está, neste momento, descerrada.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou. Conclua, por favor.

O Orador: — Vou já terminar, Sr.^a Presidente.

Portanto, ter uma Administração Pública do género da Roménia ou da Bulgária não fará qualquer sentido. Faz sentido ter uma administração moderna, sabendo sempre que os interesses e o respeito pelos trabalhadores estarão na linha de prioridades.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder aos pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, que dispõe de 10 minutos.

O Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros: — Sr.^a Presidente, começando por responder à Sr.^a Deputada Ana Drago, penso que temos de ser forçosamente claros e manifestamente honestos para connosco, para com esta Câmara e para com os trabalhadores da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Digo-o, Sr.^a Deputada, por uma simples razão. Como há pouco referenciei e é do conhecimento público, os contratos de trabalho a termo certo celebrados a partir de 1995 — porque, repito, em período anterior a 1995 haviam sido celebrados apenas contratos de prestação de serviços —, concretamente 30, encontram-se viciados porque estão feridos de gravíssimas irregularidades. Dispensamo-nos de elencar as mesmas, porque entendo que não vale a pena discutirmos esta questão do ponto de vista estritamente jurídico.

O Governo não podia deixar de ponderar, como ponderou — volto a sublinhar —, a situação em que se encon-

travam estes trabalhadores e a situação em que ficariam após a extinção da Comissão.

Deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada — e passo também a esclarecer e a responder concretamente ao Sr. Deputado Vitalino Canas —, que, particularmente nesta matéria, particularmente neste *dossier*, tenho conhecimento privilegiado e, diria mais, tenho particularíssimas responsabilidades.

Sr. Deputado Vitalino Canas, sabe perfeitamente que é esta a situação com que acabámos por nos confrontar. Sabe perfeitamente que não havia, do ponto de vista jurídico, outra solução que não esta, que acabou por ser a solução adoptada por este Governo, de decidir, em primeiro lugar, extinguir a Comissão.

Sr. Deputado Vitalino Canas, o Governo decidiu extinguir a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Aliás, o último governo do Partido Socialista já tinha tomado decisão em sentido idêntico. O governo do Partido Socialista, de que V. Ex.^a fez parte, tinha tomado a decisão de extinguir a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses até 31 de Dezembro de 2001, Sr. Deputado!

Em segundo lugar, o sucedâneo que os senhores quiseram fazer vingar, e não conseguiram, com a criação da Casa da História, era mais um instituto público que os senhores queriam criar. Os senhores alteravam apenas a denominação do organismo a criar.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que a Casa da História não iria em nada resolver o problema destes trabalhadores. O Sr. Deputado Vitalino Canas melhor do que ninguém sabe que não ia, pela simples razão de que o recurso à figura do contrato administrativo de provimento (estará, com certeza, recordado dessa hipótese) era perfeitamente ilegal.

Portanto, Sr. Deputado Vitalino Canas, o Governo entendeu extinguir a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, porque o seu objecto se extinguiu.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É esta a realidade! O Governo extinguiu a Comissão, porque o seu objecto se extinguiu.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Já devia ter sido extinto há mais tempo!

O Orador: — Sr. Deputado Vitalino Canas, criar institutos ou outros organismos acabaria por ser sempre uma solução, em primeira instância, desfavorável para os próprios trabalhadores, lesiva dos seus interesses e particularmente lesiva dos seus direitos.

Explico-lhe porquê, Sr. Deputado — e vou referir todas as hipóteses que acabou por salientar, há pouco. Porque, como bem sabe, se o Governo optasse pela solução de um novo instituto ou outra qualquer que fosse, nomeadamente a possibilidade de, por via do decreto-lei que opera a extinção da Comissão, se transmitirem os contratos de trabalho para o Ministério da Cultura ou outros departamentos ministeriais, o Governo estaria, no fundo, a aprofundar (passo a expressão) uma irregularidade, um vício que vinha de trás. Não ia resolver, mas agravar, Sr. Deputado! Ia agravar, fundamentalmente, os legítimos

interesses e as legítimas expectativas dos trabalhadores da Comissão.

Foi por esta razão que o Governo optou por extinguir a Comissão, desenvolvendo, em simultâneo, iniciativas que vão no sentido. E respondo também já a questões que outros Srs. Deputados me colocaram, relativamente à atitude ou à metodologia definida pelo Governo e às acções desenvolvidas quanto à salvaguarda das legítimas expectativas. É verdade que sim. É um problema, além do mais, de natureza social que temos pela frente, que estamos a enfrentar e que vamos resolver, Sr. Deputado Vitalino Canas!

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Como?

O Orador: — Vamos resolvê-lo por uma razão muito simples: porque, em Agosto deste ano, quando o diploma estava a ser aprovado em Conselho de Ministros, estavam os trabalhadores da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses a ser objecto de um processo de entrevistas, visando não enganar os trabalhadores mas dar-lhes conhecimento, por via dessa acção, de que o Governo estava, está e continuará a estar preocupado, até se resolver definitivamente a questão, em definir as necessidades ao nível dos vários serviços e organismos do Estado. E não só! Falei, há pouco, da possibilidade de resolução por via do recurso, da necessidade de a satisfazer no sector público empresarial do Estado.

Como estava a dizer, os trabalhadores foram objecto desse processo de entrevista, e 53 trabalhadores da Comissão foram entrevistados até à data, Sr. Deputado.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sem saberem para quê!

O Orador: — Portanto, contrariamente ao que aqui foi referido, não é verdade que os trabalhadores da Comissão não tenham tido conhecimento deste processo — e, com isto, respondo à questão que a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita fez o favor de colocar. Não é verdade!

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Não tiveram conhecimento dos objectivos!

O Orador: — Desde Agosto que os trabalhadores tiveram conhecimento de todo este processo, mais do que não fosse — e mais houve! — por via do processo de entrevistas que iniciámos.

E digo-lhe mais, Sr.^a Deputada: os trabalhadores em causa foram objecto de entrevistas não só no âmbito do Ministério da Cultura, não só no âmbito do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, não só no âmbito do próprio Ministério das Obras Públicas, por via do Instituto Nacional de Administração... Podia elencar, agora, aqui, de forma exaustiva, os vários serviços e organismos do Estado que têm vindo a manifestar, desde o início deste processo, interesse na contratação destes trabalhadores.

Voltando a responder ao Sr. Deputado Vitalino Canas, devo dizer que, para além deste processo de entrevistas que acabei de referir, estes trabalhadores tiveram conhecimento deste processo pelo próprio Comissário de então, o Prof. Romero Magalhães.

É que, Sr. Deputado, não é verdade que o Sr. Comissário Romero Magalhães tenha tido conhecimento pelos jornais do processo de extinção da Comissão, como dizia há pouco a Sr.^a Deputada. Não é verdade, porque há despachos da tutela que lhe foram endereçados directamente. À data — e estamos a falar de Setembro —, por via do despacho...

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Em Setembro!

O **Orador**: — Sr.^a Deputada, faço-lhe chegar cópia do despacho que exarei na altura.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Em Agosto, ele soube pelos jornais! Está a confirmar o que dissemos!

O **Orador**: — O Sr. Comissário Romero Magalhães teve conhecimento da metodologia que estava definida e do processo que iria ser implementado, com as acções que iriam ser desenvolvidas...

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Ele soube em Setembro!

O **Orador**: — Sr.^a Deputada, o diploma foi aprovado em Agosto, em Conselho de Ministros! O ex-comissário Romero Magalhães tinha conhecimento de tudo quanto estava a passar-se!

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Em Agosto, soube pelos jornais!

O **Orador**: — Para além do mais, o decreto-lei que promove a extinção da Comissão foi publicado em Novembro. Sr.^a Deputada, não foi por acaso que o diploma só foi publicado em *Diário da República* em Novembro!

Desde Agosto e até à data — e o processo não está concluído, continua —, é evidente que os trabalhadores têm vindo a ser objecto do tal levantamento e da aferição da sua experiência e da sua formação académica com vista à satisfação de necessidades que são reais e existem em vários departamentos do Estado.

Retomo a resposta ao Sr. Deputado Vitalino Canas quanto ao facto que referiu de este Governo não ter atendido aos interesses e às legítimas expectativas dos trabalhadores — e é verdade que as expectativas são legítimas.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que eu próprio ouvi os representantes destes trabalhadores da Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e não hesitei uma fracção de segundo quando me foi solicitado que o fizesse. Tive oportunidade de dizer aos mesmos, com todo o pormenor, o que tinha sido feito, o que estava a ser feito e o que pensávamos fazer.

Sr. Deputado Gonçalo Capitão, perguntou onde está o epicentro desta questão.

Respondo-lhe que o epicentro da questão está em que os governos do Partido Socialista tiveram oportunidade de resolver este problema atempadamente, no interesse das legítimas expectativas dos trabalhadores, em 1996, em 1997, em 1998, em 1999, em 2000, e não o fizeram. Portanto, o Sr. Deputado Vitalino Canas não tem autoridade para, agora, vir referir, tal como referiu, que o Governo não atendeu às legítimas expectativas dos trabalhadores e

não ponderou hipóteses de solução, porque, efectivamente, trata-se de um problema e reconheço-o como tal.

Portanto, Sr. Deputado Gonçalo Capitão, agradeço-lhe ter colocado a questão como o fez, porque o Governo não tem a menor dúvida de que, só por via do arrastamento e das graves irregularidades cometidas pelos comissários no tempo dos governos do Partido Socialista, só por essa razão, é que hoje estamos confrontados com este problema.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Mesmo no tempo do Comissário Vasco Graça Moura?!

O **Orador**: — Sr. Deputado João Almeida, agradeço as palavras que me dirigiu e devo dizer-lhe que este Governo não está apenas interessado em extinções, não está apenas interessado em fusões, não está apenas interessado em reestruturações. Este Governo está interessado, em primeiro lugar, em racionalizar a Administração Pública portuguesa. Este Governo está interessado em adequar os meios às necessidades que o País tem e que carecem de ser resolvidas. Este Governo pondera as decisões. Este Governo é firme na tomada de decisões. Aquilo que os outros deviam ter resolvido há muito estamos nós a resolver neste momento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — E os trabalhadores, Sr. Secretário de Estado?!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — O Sr. Deputado Vitalino Canas pediu a palavra para defesa da honra. Pode especificar por que se sentiu ofendido?

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Sr.^a Presidente, o Sr. Secretário de Estado acusou o governo de que fiz parte e em que, como Secretário de Estado, tive responsabilidades, de não ter procurado resolver o problema dos trabalhadores e, portanto, de não termos legitimidade para fazer a pergunta que eu próprio fiz.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Tem a palavra para o efeito, Sr. Deputado.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses foi criada em 1988.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Bem recordado!

O **Orador**: — Aliás, foi criada quando estava no governo o actual Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Marques Mendes, o qual não sei mesmo se não terá tido alguma quota-parte de participação na elaboração do diploma que regulava o funcionamento da Comissão e, também, o estatuto dos funcionários que lá desempenhavam funções.

A Comissão funcionou nos moldes originais em 1986, 1987, 1988, 1989, 1990 e o Sr. Secretário de Estado esqueceu-se de referir que, durante esse período, não se procurou resolver o problema dos trabalhadores da Comissão.

Quando o governo do Partido Socialista tomou posse, deparou-se com esta situação e tinha duas opções: ou criar graves perturbações no funcionamento da Comissão, reestruturando-a por completo, até mesmo fazer um interregno para pôr tudo em ordem, ou manter a situação que vinha de trás e garantir algo que era de interesse nacional, a comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Foi esta última a opção tomada e foi isso que foi feito.

Houve um período em que foi necessário criar uma solução para o futuro, para depois da extinção da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Nesse período, o governo português, pela boca do então primeiro-ministro António Guterres, tomou um compromisso em relação aos trabalhadores. Esse compromisso deveria ter sido honrado pelo governo que veio a seguir. Esse compromisso foi assumido pelo então primeiro-ministro, no final de 2001, pouco antes da data que estava prevista para a extinção da Comissão, e era para ser honrado. Na altura em que deixei de desempenhar funções de tutela desta Comissão, o governo português estava a definir qual a melhor forma de honrar esse compromisso.

Afastámos a possibilidade de constituição de uma Casa da História, porque entendemos que não era a solução mais viável, e estávamos a ponderar — e seria essa a solução que preferiríamos — a integração destes trabalhadores noutros serviços da Administração Pública, nomeadamente no Ministério da Cultura ou no Ministério da Educação, sem serem dispersos por vários serviços.

Aproveito para chamar a atenção porque o Sr. Secretário de Estado está a ser contraditório. É que o Sr. Secretário de Estado diz que não era possível fazer isso, não era possível pegar nos trabalhadores e integrá-los noutros serviços, mas, depois, diz-nos que estão a ouvi-los para ver se é possível integrá-los noutros serviços. Então, há aqui uma contradição!

O que sugerimos e que é possível juridicamente, é que esses trabalhadores...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

O que sugerimos é que esses trabalhadores sejam integrados enquanto grupo, para continuarem a desempenhar uma missão de interesse nacional, que é a de projectar a História de Portugal, interna e externamente.

É só isso que propomos, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

O Sr. **Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Vitalino Canas, muito brevemente, quero dizer-lhe apenas isto: os senhores ponderaram, ponderaram, ponderaram, estiveram seis anos a ponderar, mas não decidiram.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É muita ponderação!

O **Orador**: — Os senhores tiveram seis anos para ponderar e, de facto, ponderaram, mas não decidiram, Sr. Deputado Vitalino Canas!

Protestos do Deputado do PS Vitalino Canas.

Não decidiram, Sr. Deputado Vitalino Canas!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Que decisão tomou V. Ex.^ª?

O **Orador**: — Quanto à minha aparente contradição, não é verdade, Sr. Deputado Vitalino Canas, que eu tenha entrado em contradição. O que referi foi que, por via do decreto-lei que operou a extinção da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, não é possível, dadas as irregularidades de que se encontram feridos os contratos de trabalho, promover a transferência desses mesmos contratos. Portanto, o vínculo cessa. Cessou e havia sempre de cessar, sob pena da manutenção de irregularidades de forma grave. É que, como bem sabe, os dirigentes incorrem em responsabilidade civil, financeira e disciplinar se, eventualmente, estes contratos de que aqui estamos a falar forem feridos de nulidade.

É isto que me permito recordar-lhe, Sr. Deputado.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Peço a palavra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Para um pedido de esclarecimento à Mesa, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, quero pedir-lhe que me ajude a interpretar as palavras do Sr. Secretário de Estado,...

Risos do CDS-PP.

... na medida em que, segundo percebi, o Sr. Secretário de Estado comprometeu-se aqui a criar novos contratos de trabalho a todos os 69 trabalhadores que, neste momento, estão numa situação de despedimento. Pergunto-lhe, pois, Sr.^a Presidente, se, por acaso, conseguiu perceber, das declarações do Sr. Secretário de Estado, quando é que isso será feito e se não o será através de avenças, que é o que tem sido proposto nas 53 entrevistas que o Sr. Secretário de Estado aqui referiu, passando, assim, os postos de trabalho de precários, com contratos a prazo, para ultraprecários, com avenças.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — A Sr.^a Deputada sabe muito bem que não é exactamente para isso que estou aqui sentada nesta cadeira.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Peço a palavra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Para uma interpelação à Mesa, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Penso que a Sr.^a Presidente será a pessoa indicada a quem se poderá pedir 2 minutos da sua benevolência, para que o Sr. Secretário de Estado possa responder à pergunta que foi formulada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Naturalmente que todos os Srs. Deputados formularam e tornaram a reformular as questões. Mas o Sr. Secretário de Estado, durante os 15 minutos da sua intervenção, nada respondeu à questão de fundo, «passeou» em volta da questão sem nunca ter dito com clareza se estão ou não salvaguardados os postos de trabalho dos 69 trabalhadores, e esta é que era a questão formulada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O que lhe peço, Sr.^a Presidente, é que conceda mais 1 ou 2 minutos ao Sr. Secretário de Estado, para que ele responda tão-só a isto: os 69 funcionários da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses têm a garantia de que o seu posto de trabalho não será posto em causa e que serão integrados numa outra tutela, ou não têm essa garantia e o Governo irá desbaratar estes 69 funcionários, a seu bel-prazer, quer em termos privados quer em termos públicos?

O Sr. **Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros**: — Peço a palavra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Tem a palavra por 2 minutos, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros**: — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Ana Drago, julgo que fui claro, mas, se não o fui, peço desculpa e clarifico.

O Governo, com o processo que há pouco referi e que tem vindo a sublinhar, de entrevistas aos trabalhadores da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, pretende naturalmente que as necessidades, que estão neste momento identificadas, de recursos humanos em vários serviços e organismos da Administração Pública possam ser satisfeitas por recurso preferencial aos trabalhadores da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.

Sr.^a Deputada, não posso ser mais concreto do que isto, na medida em que, como a Sr.^a Deputada bem sabe e tive oportunidade de referir de forma bem clara, trata-se de um processo moroso, que obriga a ajustamentos e à adequação do perfil que é o exigível para o preenchimento dos postos de trabalho que estão identificados e que determina, inclusivamente, a necessidade de existência de disponibilidades orçamentais.

Portanto, Sr.^a Deputada Ana Drago, de uma forma muito clara, digo-lhe que é firme intenção do Governo atender, como foi transmitido aos trabalhadores e ao ex-Comissário

Romero Magalhães, à satisfação das necessidades que estão neste momento identificadas e, por via das entrevistas que têm vindo a ser levadas a efeito, satisfazer as necessidades de colocação destes trabalhadores, através do recurso à figura contratual que for entendida como a mais conveniente.

Não vale a pena agitarmos o espantinho dos contratos de prestação de serviços, dos contratos de trabalho a termo certo ou de outros contratos, seja de que natureza forem.

Muito claramente, é esta a intenção do Governo, Sr.^a Deputada Ana Drago. Julgo que dúvidas não havia, mas, se algumas permaneceram, foram agora dissipadas.

Com este esclarecimento, penso que também respondi à questão suscitada pela Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Não está nada resolvido!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, chegámos ao fim da nossa ordem de trabalhos de hoje.

A próxima sessão plenária terá lugar no dia 11, pelas 15 horas, dela constando um período de antes da ordem do dia e tendo como ordem do dia a votação das alterações ao Regimento da Assembleia da República, a apreciação do Decreto-Lei n.º 221/2002, de 22 de Outubro, o qual altera o Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, que estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas [apreciação parlamentar n.º 7/IX (PCP e Os Verdes)], e ainda a apreciação do Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro, o qual altera os artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro, que estabelece as matrizes de delimitação geográfica da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) [apreciações parlamentares n.ºs 8/IX (PS) e 9/IX (PCP)].

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 50 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
Bruno Jorge Viegas Vitorino
Daniel Miguel Rebelo
Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
Henrique José Monteiro Chaves
Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Mário Patinha Antão
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Vitor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
Alberto Arons Braga de Carvalho
António Fernandes da Silva Braga

António José Martins Seguro
 Fausto de Sousa Correia
 João Barroso Soares
 José Apolinário Nunes Portada
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosalina Maria Barbosa Martins

Partido Popular (CDS-PP):

Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Rodrigo Pinho de Almeida

Partido Comunista Português (PCP):

Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 João Bosco Soares Mota Amaral
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Popular (CDS-PP):

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

Lino António Marques de Carvalho

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
 Gustavo de Sousa Duarte
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Socialista (PS):

António Luís Santos da Costa
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 João Cardona Gomes Cravinho
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José da Conceição Saraiva
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Nelson da Cunha Correia
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda

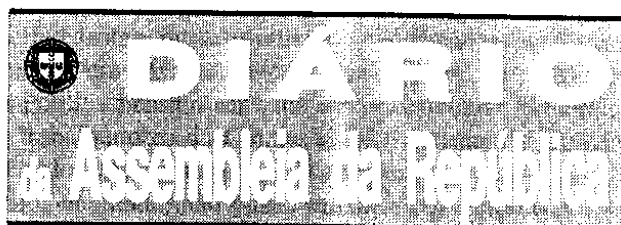
Partido Comunista Português (PCP):

Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,90

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa